

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

EDESON DOS ANJOS SILVA

RELIGIÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL  
NO AMBIENTE ESCOLAR

PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 09/12/2019.

VITÓRIA  
2019

EDESON DOS ANJOS SILVA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 09/12/2019.

RELIGIÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL  
NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões  
Faculdade Unida de Vitória  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientadora: Dra. Claudete Beise Ulrich

VITÓRIA  
2019

Silva, Edeson dos Anjos

Religião, gênero e educação: Reflexões sobre diversidade sexual no ambiente escolar / Edeson dos Anjos Silva. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

xi, 83 f. ; 31 cm.

Orientadora: Claudete Beise Ulrich

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

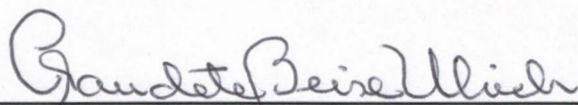
Referências bibliográficas: f. 78-83

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Diversidade sexual. 4. Religião e educação. 5. Gênero e educação. 6. Educação e diversidade sexual. - Tese. I. Edeson dos Anjos Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2019. III. Título.

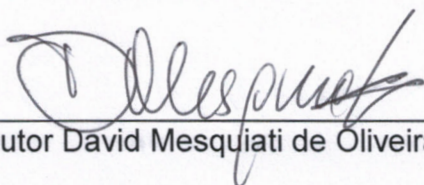
EDESON DOS ANJOS SILVA

RELIGIÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE  
SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

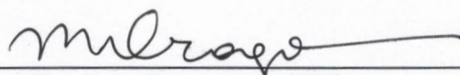
Dissertação para obtenção do grau  
de Mestre em Ciências das  
Religiões no Programa de Mestrado  
Profissional em Ciências das  
Religiões da Faculdade Unida de  
Vitória.



Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA (presidente)



Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA



Doutor Rogério Drago – UFES



À minha mãe, Marlene dos Anjos Silva, mulher guerreira, que foi e é mãe, pai, filha e amiga, sem qualquer instrução acadêmica, mas sempre dizia que a maior riqueza estava nos livros, e assim segui seus ensinamentos. E a todos os amigos e amigas.

## AGRADECIMENTOS

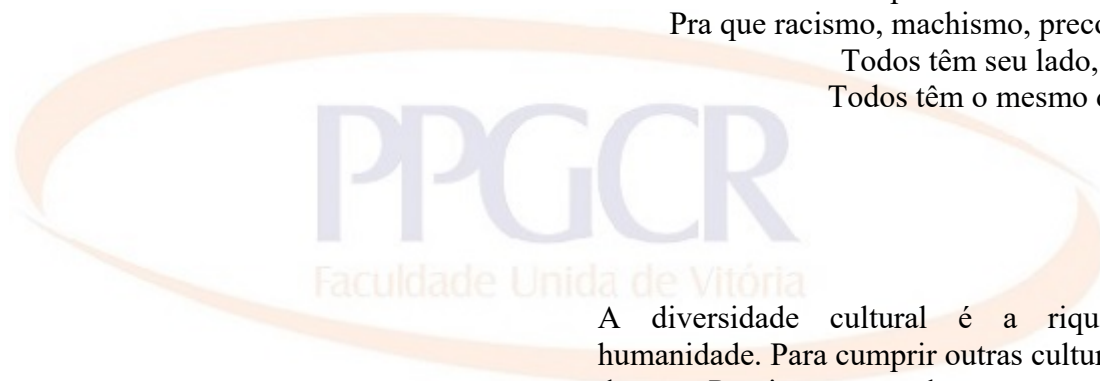
A Deus, pelo dom da vida e por permitir a realização deste entre tantos outros sonhos. Agradeço também por possibilitar-me, mesmo diante dos tropeços, dos erros, aprender e crescer, por Sua infinita compaixão, e por Seu amor imensurável, que nos momentos de fraqueza sempre permitia que ouvisse Sua voz, não me deixando interromper a caminhada, enfim obrigado por ser sempre ser Meu porto seguro.

Esta caminhada não seria possível sem o apoio da minha mãe, Marlene dos Anjos Silva, ao meu companheiro, Jerffesom Luiz Rodrigues Borges, e aos meus amigos, Dr. Rogério Drago, Me. Paulo Jonas dos Santos Junior que foram e são exemplos e incentivos constantes, em particular a professora Lourdes Bastida Braz que foi sem dúvida minha âncora durante todo o processo e em especial a minha orientadora Dra. Claudete Beise Ulrich que foi simplesmente essencial nessa caminhada.

Estendo minha gratidão aos membros da banca examinadora, Dr. Rogério Drago, Dr. David Mesquiati de Oliveira e Dra. Claudete Beise Ulrich.

Enfim, a todos e todas que contribuíram para que eu pudesse desbravar o campo da pesquisa e concretizar um sonho – minha gratidão.

Gênero, sexualidade e diversidade  
Gênero e sexualidade ou gênero e diversidade  
Não importa o gênero,  
Nem a sexualidade;  
O que importa é que todos sejam respeitados,  
Desde o campo até a cidade.  
Queiram ser e se façam ser respeitados.  
Não importa a etnia, raça, cor ou ideologia.  
O que importa é valorizar-se, se dar valor.  
Não importa altura, tamanho, massa corporal,  
ou isso, ou aquilo, ou tal.  
O que importa é ser considerado de igual pra  
igual.  
Gênero, sexualidade e diversidade.  
Têm que ser respeitados, de igual para igual.  
Gênero e sexualidade – o que importa é ser  
respeitado,  
Independente do lado a lado.  
Pra que racismo, machismo, preconceito?  
Todos têm seu lado, seu ser,  
Todos têm o mesmo direito!<sup>1</sup>



A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem de chegada. [...] Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Poema feito pelos(as) educadores(as) Pedro Bonfim; Ademir S. Nascimento, Laudi Santos. Colégio Estadual do Campo Isaias Rafael da Silva – Ortigueira – Paraná. Seminário: 24 a 26 de novembro de 2016. Vozes Sem Terra II. Disponível em: <<http://landless-voices2.org/vozes/-diversidade-de-genero-musicas-e-poemas/genero-sexualidade-e-diversidade/>>.

<sup>2</sup> GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 29.

## RESUMO

Este trabalho final do curso de mestrado profissional em Ciências das Religiões aborda as perspectivas conceituais de sexo, gênero, corpo, orientação sexual e diversidade sexual a partir de uma revisão de literatura. Apresenta as concepções, muitas vezes conflituosas, do cristianismo em relação à diversidade sexual. Evidencia a riqueza da diversidade sexual em seu contexto social e histórico, relatando os anseios e aflições por visibilidade da comunidade lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e o intersexo (LGBTI+), à luz dos direitos humanos. A revisão de literatura permite elencar diversas situações emblemáticas a respeito da diversidade sexual no ambiente escolar que geram discriminação e *bullying*, partindo do pressuposto de que os jovens e adolescentes são sujeitos de direito à diversidade e a escola um ambiente democrático, cabendo a ela exercer sua função social, ou seja, ser inclusiva, lembrando que o acesso à educação é direito de todos, incluindo a comunidade LGBTI+. Após promover uma reflexão sobre as temáticas anteriores, uma pesquisa de campo foi feita com 81 alunos/as do Ensino Médio da rede Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro buscando responder a pergunta-problema e verificar a hipótese do trabalho. Desta forma, a pesquisa de campo pode corroborar a hipótese de trabalho ou declinar a mesma. E por fim, são feitas algumas considerações e sugestões, mesmo ciente de que muito ainda há de ser pesquisado, sobre a importância de se trabalhar com questões ligadas à diversidade sexual no ambiente escolar permeadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo, respeitando a formação religiosa dos/as alunos/as.

Palavras-chave: Ciências das Religiões. Educação. Religião. Diversidade Sexual.



## ABSTRACT

This final work of the Professional Masters Course in Religions Studies approaches the conceptual perspectives of sex, gender, body, sexual orientation and sexual diversity from a literature review. It presents the often conflict conceptions of Christianity in relation to sexual diversity. It highlights the richness of sexual diversity in its social and historical context, reporting the longings and afflictions for visibility of the lesbian, gay, bisexual, cross-dresser, transgender and intersex (LGBTI+) communities in the light of human rights. The literature review allows us to list several emblematic situations regarding sexual diversity in the school environment that generate discrimination and bullying, based on the assumption that young people and adolescents are subjects to the right to diversity and to a school with a democratic environment, and it is up to them to exercise their social function, that is, to be inclusive, remembering that access to education is the right of everyone, including the LGBTI+ community. After promoting a reflection on the previous themes, a field research was made with 81 (eighty one) high-school students from the state education network of Rio de Janeiro, seeking to answer the problem question and to verify the hypothesis both raised by this work. Thus, the field research may corroborate the work hypothesis or decline it. Finally, some considerations and suggestions are made, even though we are aware that much remains to be researched, about the importance of working with issues related to sexual diversity in the school environment permeated by the Pedagogical Political Project (PPP) and the curriculum, respecting the religious formation of the students.

Keywords: Religions Studies. Education. Religion. Sexual Diversity.

## GLOSSÁRIO

**Transexual** - Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico. Homens e mulheres transexuais podem manifestar a necessidade de realizar modificações corporais por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirúrgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos (inclusive genitais - cirurgia de redesignação sexual) à sua identidade de gênero. Entretanto, nem todas as pessoas transexuais manifestam esse tipo de necessidade.

**Travesti** - Pessoa que nasce com sexo masculino e tem identidade de gênero feminina, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade.

**Crossdresser** - Pessoa que se veste com roupas do sexo oposto para vivenciar momentaneamente papéis de gênero diferentes daqueles atribuídos ao seu sexo biológico, mas, em geral, não realiza modificações corporais e não chega a estruturar uma identidade transexual ou travesti.

**Drag Queen ou Transformista** - Homem que se veste com roupas femininas extravagantes para a apresentação em shows e eventos, de forma artística, caricata, performática e/ou profissional.

**Drag King** - Mulher que se veste com roupas masculinas com objetivos artísticos, performáticos e/ou profissionais.

**Transgênero** - Terminologia normalmente utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros, englobando travestis, transexuais, crossdressers, dragqueens/ kings e outros/as. Contudo, há quem utilize esse termo para se referir apenas àquelas pessoas que não são nem travestis e nem transexuais, mas que vivenciam os papéis de gênero de maneira não convencional.

**Cisgênero** - Pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico. Aquelas que são biologicamente mulheres e possuem identidade de gênero feminina ou biologicamente homens e possuem identidade de gênero masculina<sup>3</sup>.



---

<sup>3</sup> SÃO PAULO. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, p. 44, 2014. p. 13-16. Disponível em: <[http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha\\_diversidade.pdf](http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo +.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

ONU- Organização das Nações Unidas.

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

ECRIAD- Estatuto da Criança e do Adolescente.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.



PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Mortes de pessoas LGBTI+ no Brasil/ano .....	42
Gráfico 2: Número de alunos/as entrevistados/as por série no Ensino Médio .....	55
Gráfico 3: Idade dos/as alunos/as que participaram da pesquisa.....	56
Gráfico 4: Cor dos/as alunos/as pesquisados/as .....	56
Gráfico 5: Sexo dos/as alunos/as pesquisados/as .....	57
Gráfico 6: Orientação sexual dos/as alunos/as pesquisados/as .....	57
Gráfico 7: Profissão dos/as Alunos/as pesquisados/as .....	58
Gráfico 8: Instituições religiosas que os/as pesquisados/as frequentam .....	58
Gráfico 9: O que influencia a aceitação ou não de um/uma colega de classe com a orientação sexual diferente da sua? .....	59
Gráfico 10: Você se sente influenciado/a pela religião, escola, mídia e redes sociais? .....	60
Gráfico 11: Diretor/a, coordenador/a e professor/a sabem lidar com situações adversas e conflituosas com o público LGBTI+ .....	63
Gráfico 12: Você já sofreu bullying? .....	63

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 GÊNERO, SEXO, CORPO E RELIGIÃO: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS.....	18
1.1 Sexo, gênero e orientação sexual.....	18
1.2 Corpos necessitam ser vistos em sua diversidade.....	25
1.3 Cristianismo, gênero e diversidade sexual.....	30
2 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: INCLUSÃO E RESPEITO .....	37
2.1 Diversidade sexual e gênero na escola: situações de conflito e violências .....	37
2.2 Respeito às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos em sua diversidade .....	43
2.3 Escola como lugar e espaço para a construção da inclusão da diversidade sexual .....	46
3 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	54
3.1 Pesquisa com alunos/as do Ensino Médio: levantamento e análise dos dados.....	55
3.2 O projeto político pedagógico e as concepções dos diretores e da coordenadora pedagógica.....	66
3.3 Considerações da pesquisa de campo .....	70
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS .....	78
APÊNDICES .....	84
ANEXO .....	93

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela diversidade de povos, religiões, culturas e também sexual. O tema da diversidade sexual tem sido tônica de discussões na sociedade brasileira. O reconhecimento e o não reconhecimento da diversidade tem sido parte da agenda dos movimentos sociais, especialmente as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo e outros LGBTI+<sup>4</sup>, objetivando o respeito e a igualdade de direitos. No dia 23 de março de 2019 foi aprovado no Brasil que a homofobia e a transfobia são crime por analogia ao proposto na Lei 7.716/89, de 05.01.1989. Preceitua no artigo 1º, da lei 7.716/89: “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de *raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*”<sup>5</sup>.

O preconceito à diversidade sexual ainda é muito presente, gerando desigualdade, desrespeito e morte. Afirmar a diversidade é afirmar os direitos humanos, o direito à diferença e a lutar contra a desigualdade. Neste sentido, Avtar Brah coloca que o conceito de diferenças

[...] refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.<sup>6</sup>

Os discursos e as práticas cotidianas em relação à diferença necessitam ser repensados, contextualmente, para verificar se os mesmos resultam em desigualdade, exploração, opressão e/ou em violência. A escola se apresenta como um espaço onde as crianças e os adolescentes se encontram com as diferenças seja de raça/etnia, classe social, religião, sexual, gênero, familiar, entre outras. Neste sentido, o papel da educação é conduzir para o exercício da construção da cidadania, da ética e do respeito ao outro. De acordo com Moacir Gadotti “a escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus/suas alunos/as para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de

<sup>4</sup> A sigla LGBTI+ será utilizada para representar: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo +.

<sup>5</sup> BRASIL. *Lei Federal 7.716/89, alterada pela Lei Federal de 9.459/97*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://bit.ly/2qwBw8u>>. Acesso em: 04 out. 2019. Grifo nosso.

<sup>6</sup> BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, jan./jun., p. 329-376, 2006. p. 362. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”<sup>7</sup>. A diversidade necessita ser entendida enquanto riqueza cultural e não como desigualdade.

A educação brasileira encontra-se, atualmente, num profundo dilema: retrocesso ou avanço no reconhecimento da diversidade, que não resulte em desigualdade. O movimento da Escola Sem Partido<sup>8</sup> tem questionado a inclusão da diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares. Neste sentido, também a construção do conceito “ideologia de gênero” tem sido muito debatida a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2015 (PNE 2014-2024), aprovado em 25 de junho de 2014 como Lei 13005/2014.<sup>9</sup> Os documentos falam de estudos de gênero e afirmação das diferentes diversidades. No entanto, percebe-se uma grande falta de conhecimento sobre a diversidade e o referencial analítico de gênero. A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>10</sup> praticamente eliminou gênero, diversidade e orientação sexual de suas orientações nacionais para as escolas brasileiras.<sup>11</sup>

A motivação para a realização deste trabalho de conclusão de mestrado profissional em Ciências das Religiões brotou da inquietação da prática profissional do autor como professor de matemática em escolas públicas, numa cidade interiorana do Rio de Janeiro, chamada São José de Ubá. A maioria<sup>12</sup> da população é de tradição religiosa cristã. Seguidamente, colegas professoras/res referiam-se às pessoas da comunidade LGBTI+ com “jocosidade”, preconceito e até certo desprezo. No entanto, chamava a atenção que esta forma de tratamento discriminatória não era perceptível entre os/as alunos/as. Neste sentido, busca-se refletir e responder a pergunta-problema: Como a tradição religiosa cristã influencia atitudes de respeito ou de preconceito relacionadas à diversidade sexual em estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino, no município de São José de Ubá, no interior do Rio de Janeiro? A hipótese do trabalho é que a denominação religiosa a qual os/as jovens estudantes pertencem pode influenciar em suas atitudes de preconceito ou de respeito à comunidade LGBTI+. Entende-se que a religião faz parte da cultura, e esta não é fixa, está em constante mudança.

---

<sup>7</sup> GADOTTI, 1992, p. 21.

<sup>8</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. [S.l.: s.n.]. [s.d.]. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

<sup>9</sup> BRASIL. *Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/32xkIeI>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

<sup>10</sup> BNCC será utilizado como sigla de Base Nacional Comum Curricular.

<sup>11</sup> BRASIL. *Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

<sup>12</sup> De acordo com o censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população é de 7003 pessoas, das quais 4634 se julgam católicos, 1788 evangélicos e 16 espíritas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-jose-de-uba/panorama>>. Acesso em: 06 out. 2019.



O referencial teórico que justifica esta pesquisa busca trabalhar os conceitos de sexo, gênero, orientação sexual, corpo, diversidade sexual e religião. Além da bibliografia disponível também foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de um questionário semiestruturado com 19 perguntas fechadas e abertas com 81 alunos/as do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) numa escola pública na cidade de São José de Ubá, no interior do Rio de Janeiro. A pesquisa foi desenvolvida de forma presencial e com material impresso. A escolha da escola em questão se justifica por ser uma escola do interior, a única do município da rede estadual, e a cidade em questão é estritamente cristã, como já explicitado com os dados do IBGE.

Os objetivos do trabalho são: refletir sobre os conceitos sexo, gênero, diversidade sexual, corpo, religião; perceber como a diversidade sexual é tratada nas escolas; identificar a forma como estudantes do Ensino Médio da escola estadual no município de São José de Ubá-RJ são influenciados ou não, a respeito da diversidade sexual, em detrimento a sua denominação religiosa cristã.

O primeiro capítulo aborda conceitos de gênero, sexo, corpo e religião, buscando perceber distanciamentos e aproximações entre os conceitos gênero e sexo, que se materializam no corpo das pessoas. O corpo tem história e o mesmo tem sido controlado pela religião. A religião cristã tem afirmado o binarismo de gênero e sexo: homem e mulher, macho e fêmea, excluindo outras possibilidades de manifestação de gênero e sexo. Neste contexto, pode-se dizer que no ambiente escolar não é propício inserir discurso religioso, pois a visão religiosa cristã não concebe o corpo saindo do binarismo, ou seja, não compreende a diversidade dos corpos.

O segundo capítulo trata, especialmente, da perspectiva da escola e como a mesma deveria, de acordo com as literaturas, trabalhar ou não a diversidade, visto que os direitos à diversidade e pluralidade estão garantidos na Constituição Brasileira<sup>13</sup> e no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>14</sup>, sendo estes integrantes dos direitos humanos. Destarte, este capítulo, analisa alguns documentos importantes da educação brasileira e como a mesma aborda a questão da diversidade, apontando especialmente para a diversidade sexual e de gênero. As instituições escolares são espaços que abrigam mais diversidades de religião, de gênero, de sexo, de classe social, de cor/etnia. Elas necessitam de espaços democráticos, isto

---

<sup>13</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2K0xuvS>>. Acesso em: 06 out. 2019.

<sup>14</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 16 out. 2019.

é, de diálogo e acolhimento das diferenças, a partir de currículos plurais e de epistemologias emancipadoras. Interessa perguntar quais são os elementos que interferem no currículo das instituições escolares, a partir da cultura e da religião, que não possibilitam o acolhimento respeitoso às diversidades cultural, religiosa, sexual e de gênero nas escolas brasileiras.

Neste sentido, o terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo e a aplicabilidade da mesma no âmbito da escola pública, servindo como referencial para as discussões referentes às questões que permeiam a diversidade sexual propostas no Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Pretende-se compreender como a tradição religiosa cristã influencia ou não atitudes de respeito ou de preconceito relacionadas à diversidade sexual em estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino, no município de São José de Ubá, no interior do Rio de Janeiro, visto que a hipótese do trabalho procura salientar se a denominação religiosa a qual os/as jovens estudantes pertencem pode influenciar em suas atitudes de preconceito ou de respeito à comunidade LGBTI+.

A aplicabilidade deste trabalho de conclusão de mestrado profissional em Ciências das Religiões objetiva inserir no Plano Político Pedagógico (PPP)<sup>15</sup> reflexões sobre gênero, orientação sexual, diversidade de gênero, corpo e sexo, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, pois as abordagens nas escolas brasileiras ainda são marcadas por preconceito, desconhecimento e tabus. Como professor e pesquisador entendo que uma discussão franca e aberta sobre o tema da diversidade sexual pode ser transversalizada nos diferentes componentes curriculares, descritos no Plano Político Pedagógico. O diálogo sobre a diversidade sexual, educação e religião não diz respeito somente a alunos/as, mas sim, necessita também ser tema de estudo, pesquisa e diálogo com professores/as e necessita fazer parte do PPP.

---

<sup>15</sup> PPP – Sigla para representar Projeto Político Pedagógico.

## 1 GÊNERO, SEXO, CORPO E RELIGIÃO: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

Os conceitos sexo e gênero estão em constante debate na sociedade brasileira, especialmente no âmbito da educação, pois para a sociedade conservadora e religiosa cristã este assunto já está liquidado. Neste primeiro capítulo, busca-se refletir a partir de teóricas/os sobre os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual como conceitos não binários, apontando para a diversidade sexual, que se mostra nos corpos em relação. Os movimentos feministas foram fundamentais para incluir a categoria de gênero na análise das relações entre os sexos<sup>16</sup>, mas foram nos movimentos LGBTI+ que apresentaram a teoria *queer*, incluindo corpos que eram considerados desviantes, ou seja, surgiu em função de ativistas que não se enquadravam em nenhuma das identidades vigentes.<sup>17</sup>

Percebe-se que há diferentes formas do feminino e do masculino que se colocam no mundo e estão em relação com outros corpos. Estas novas formas de entender o sexo, o gênero, orientação sexual, ou seja, a diversidade sexual é influenciada pelo fenômeno religioso. O Brasil é marcadamente cristão e tem promulgado as relações binárias de sexo e gênero<sup>18</sup>, considerando somente como válida a heterossexualidade.<sup>19</sup> Os movimentos feministas e LGBTI+ colocam-se como novos sujeitos históricos e propõem a inclusão de discursos e práticas religiosas cristãs não hierárquicas, mas de respeito às diversidades humanas. Há, sem dúvida, disputas no campo religioso brasileiro em relação às discussões de sexo, gênero e orientação sexual.

### 1.1 Sexo, gênero e orientação sexual

Os conceitos sexo e gênero têm sido alvo de muitos embates. Busca-se, portanto, refletir sobre os mesmos, entendendo as suas diferenças assim como suas peculiaridades.

<sup>16</sup> LISBOAS, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*. v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. p. 71. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2019.

<sup>17</sup> ÁVILA, Flávia de; RODRIGUES, Vinícius Cainã. De homossexual a queer: o movimento lgbt e a construção de identidades “globais”. In: *ConQueer – Conferência Internacional de Estudos Queer*, 2018, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Sergipe: Realize, 2018. [s.p.]. Disponível em: <<https://bit.ly/36M6XMD>>. Acesso em: 06 out. 2019.

<sup>18</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. [*Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais*]. [S.l.] 12 nov. 2015. 319 f. OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L, Doc 36/15 Rev. 1. p. 41. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

<sup>19</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015. p. 41. Segundo a Comissão: “a heterossexualidade é vista como a sexualidade natural e o resultado sexual de sucesso para meninas e meninos [...]; o coito entre o pênis e a vagina como o ato sexual exclusivo ou mais importante; e a aparência dos genitais como prioritária, ao invés do prazer e da sensação sexual”.

Parte-se, primeiramente, das definições apresentadas no *Dicionário Houaiss*<sup>20</sup> e aprofunda-se com teóricas/os que discutem gênero e sexo. O *Dicionário Houaiss* conceitua sexo como:

1 – condição orgânica que distingue o macho da fêmea e que lhes permite reproduzir-se. 2 – conjunto de pessoas que têm a mesma forma do aparelho sexual, mulheres e homens. 3 – sexualidade, volúpia. 4 – prazer sexual. 5 – órgão genital.<sup>21</sup>

Percebe-se que o conceito sexo tem a ver com a condição orgânica dos seres humanos e aponta para a reprodução. O termo também está ligado a um conjunto de pessoas que têm a mesma forma do aparelho sexual, ligado com homens e mulheres. Sexo também tem a ver com sexualidade, prazer sexual, órgão sexual. Portanto, aponta para as questões biológicas, frisando o sexo masculino e feminino. O mesmo dicionário se refere a gênero da seguinte forma:

1 – conjunto de espécies com a mesma origem ou as mesmas particularidades. 2 – em gramática, categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro. 3 – na biologia classifica os seres vivos, subdivisão da família, categoria que agrupa espécies relacionadas segundo a história da evolução e distinguíveis das outras por diferenças marcantes.<sup>22</sup>

A definição de gênero, segundo o dicionário, também está ligada com as questões da biologia: espécies com as mesmas origens e particularidades e a classificação das espécies segundo a história da evolução e da gramática: as palavras têm gênero e elas são classificadas em masculino, feminino e neutro. De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro:

Em português, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. Era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas tem gênero, mas não tem sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar a palavra ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligados com a cultura.<sup>23</sup>

A partir da segunda onda do movimento feminista, as feministas apontam que os comportamentos de homens e mulheres não são devidos a uma questão biológica (sexo), e

<sup>20</sup> Nesta dissertação para conceber o significado de alguns vocábulos será utilizado o Dicionário Houaiss da Língua portuguesa.

<sup>21</sup> HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 679.

<sup>22</sup> HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 368.

<sup>23</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. p. 78. Disponível em: <<https://bit.ly/2LbilFZ>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

sim devido à cultura (gênero). Simone de Beauvoir foi uma das primeiras autoras que apontou o fato de que não se nasce, mas torna-se mulher, na obra *O segundo Sexo*, em 1949. Ela questiona o destino biológico colocado para as mulheres e também para os homens.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.<sup>24</sup>

Em 1963, Betty Friedan lança o livro *Mística Feminina*, apontando para a necessidade de as mulheres se libertarem e serem elas mesmas.<sup>25</sup> Foram as experiências e reflexões do movimento feminista, a partir da década de 60, que rejeitaram esta forma de entender o feminino e o masculino, fundamentados no determinismo biológico, a partir da noção de diferença sexual. Começou a partir da década de 90, a se utilizar o conceito gênero “como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexo”.<sup>26</sup>

De acordo com Joana Maria Pedro, a tradução do texto clássico de Joan Scott sob o título Gênero, uma categoria útil de análise histórica pela *Revista Educação e Realidade*, em 1990, em Porto Alegre<sup>27</sup>, é considerado um marco para o uso desta categoria no Brasil.<sup>28</sup> Segundo Joan Scott, o gênero:

[...] tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.<sup>29</sup>

A autora esclarece que gênero se refere a relações sociais que se mostram nas diferenças entre os sexos, fortalecendo relações de poder. Segundo Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehaum, o uso do termo gênero marca diferenças:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e

<sup>24</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 11.

<sup>25</sup> FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 325.

<sup>26</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990. p. 5.

<sup>27</sup> SCOTT, 1990, p. 5-22.

<sup>28</sup> PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. p. 273. Disponível em: <<https://bit.ly/2tRndJI>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

<sup>29</sup> SCOTT, 1990, p. 14.

mulheres. Usar ‘gênero’ para todas as referências de ordem social ou cultural, e ‘sexo’ para aquelas de ordem biológica.<sup>30</sup>

A motivação de Scott para teorizar sobre gênero “era e é compartilhada com outras feministas e é abertamente política: apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres”.<sup>31</sup> “O conceito de gênero serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”<sup>32</sup>, tendo um caráter relacional<sup>33</sup>, e também aponta para uma identidade subjetiva que não é fixa.

Constata-se que há uma diversidade de sexo e gênero que coexistem em cada sociedade, em cada comunidade e em cada pessoa. É possível que uma pessoa, ao longo de sua vida, modifique a sua visão de gênero, devido a transformações em sua própria pessoa e também na sociedade, apresentando mudança de valores, normas e maneiras de entender a si mesma e as outras pessoas. Portanto, “certas atitudes não são naturais do ser humano, mas foram construídas no decorrer dos processos históricos, fortalecendo um jeito cultural de ser”.<sup>34</sup>

Joana Maria Pedro lembra que “o uso da palavra ‘gênero’ [...] tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”.<sup>35</sup>

A partir da construção cultural/social, o gênero se desvincula do condicionamento biológico do sexo. A *naturalização* imposta aos gêneros, do que seja homem e mulher, é fruto de discursos e construções sócio-histórico-culturais que se mostram nas diferentes áreas do saber e que tem se perpetuado através do desenvolvimento histórico. Neste sentido, Guacira Lopes Louro lembra que a norma da heterossexualidade tem se estabelecido na sociedade.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.<sup>36</sup>

<sup>30</sup> BRUSCHINI, Cristina, ARDAILLON, Danielle, UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998. p. 89.

<sup>31</sup> SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, [S.l.], n. 3, p. 11-27, 1994. p. 14. Disponível em: <<https://bit.ly/2MKDtDB>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

<sup>32</sup> SCOTT, 1990, p. 16.

<sup>33</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 22.

<sup>34</sup> ULRICH, Claudete Beise et al. Relações de gênero. In: Rosangela Stange. (Org.). *Estudos sobre Gênero*. 1. ed. Sinodal/IECLB: São Leopoldo/Porto Alegre, 2013, v. 1, p. 9-12. p. 10.

<sup>35</sup> PEDRO, 2005. p. 78.

<sup>36</sup> LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 9.

Na sociedade brasileira, o modelo é o homem masculino, branco, heterossexual<sup>37</sup>, classe média urbana e cristão. Outras formas do humano se manifestar são vistas com desconfiança. A mulher, como Beauvoir já tinha nominado, é o segundo sexo e as pessoas LGBTI+ são entendidas como desviantes. Em 1963, analisando a sua realidade, o sociólogo norte-americano Erving Goffman escreveu:

Há apenas um homem completo e sem rubores na América do Norte: um jovem, casado, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, pai, com educação superior, bem empregado, bem apessoado, de bom peso e boa estatura, e com algum recorde esportivo recente... Qualquer homem que não se qualifica em alguma dessas categorias provavelmente irá ter uma imagem de si mesmo – pelo menos durante alguns momentos – como sem valor, incompleto e inferior.<sup>38</sup>

Esta dimensão do que seja um “homem completo” continua presente na organização social da sociedade, perpetuando hierarquias e relações de poder. Nesta forma de definir o masculino, não se exclui somente as mulheres, mas também outras formas do masculino estar presente no mundo, seja a partir da sua cor da pele, classe social ou orientação sexual não heteronormativa<sup>39</sup>.

É necessário deixar claro que a afirmativa da naturalização biológica do sexo exclui a diversidade. Margareth Rago aponta que “a sexualidade foi identificada a uma força instintiva, biológica e, assim, não merecia ser historicizada”<sup>40</sup>. Portanto, a sexualidade/orientação sexual não pode ser concebida meramente como biológica, mas como uma mistura que engloba preceitos históricos, sociais, culturais e religiosos que se inter-relacionam em uma construção contínua.

Neste sentido, Jeffrey Weeks afirma que:

[...] a sexualidade é, na verdade, uma ‘construção social’, uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas. Isso tem

<sup>37</sup> HOUAIS; VILLAR, 2004, p. 387. Segundo o dicionário: “heterossexual – que (m) sente atração por alguém do sexo oposto”.

<sup>38</sup> GOFFMAN, 1963 *apud* KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos* n. 9, p. 103-117, 1998. p. 106-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

<sup>39</sup> MARTINS, Dana. O que é Heteronormatividade? *Conversa Cult*, 2016. [s.p.]. Disponível em: <<http://www.conversacult.com.br/2016/03/o-que-e-heteronormatividade.html>>. Acesso em: 04 jul. 2019. “É quando você assume que todo mundo é hétero e é o conjunto de coisas que fazem isso ser tratado como a norma. Ser hétero é visto como a sexualidade padrão, e acaba fazendo parecer que nem existem outras sexualidades e que elas são erradas, até esquisitas”.

<sup>40</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41. p. 30.

profundas implicações para nossa compreensão do corpo, do sexo e da sexualidade.<sup>41</sup>

Portanto, a sexualidade como construção social tem afirmado a heteronormatividade e a hierarquia de gênero, do masculino sob o feminino. Assim sendo Judith Butler alerta que:

Observe-se não só que as ambiguidades e incoerências nas práticas heterossexual, homossexual e bissexual – e entre elas – são suprimidas e redescritas no interior da estrutura reificada do binário disjuntivo e assimétrico do masculino/feminino, mas que essas configurações culturais de condução de gênero operam como lugares de intervenção, denúncia e deslocamento dessas reificações. Em outras palavras, a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória.<sup>42</sup>

A autora acentua que também as práticas homossexuais<sup>43</sup> e bissexuais<sup>44</sup> muitas vezes têm como modelo a heterossexualidade, isto se mostra nos papéis que cada um assume na relação. Cabe aqui diferenciar com vistas a elucidar possíveis dúvidas em relação a alguns termos que interferem diretamente na construção do conceito de gênero como: sexo e orientação sexual. Como já se mencionou, pode-se dizer que sexo refere-se ao dado físico-biológico e está diretamente ligado aos órgãos genitais e que permite a classificação em machos e fêmeas. André Sidnei Musskopf aponta que “também o código genético precisa ser considerado na constituição do *sexo*, o que complexifica as definições neste âmbito, cujo principal exemplo são as inúmeras formas de intersexualidade”.<sup>45</sup> A identidade sexual são as relações que se constroem em face de concepção do gênero, o qual é concebido a partir das construções sociais e culturais. Neste sentido, Musskopf aponta que:

*Gênero* refere-se ao dado social, formado por um aparato de regras e padrões de construção corporal e comportamento que configuram a identidade social das pessoas a partir do substrato físico-biológico, do que resultam identificações como masculino e feminino, bem como as múltiplas variantes que desviam da norma, como androginia, travestismo, efeminação ou masculinização, por exemplo.<sup>46</sup>

Assim, se faz urgente compreender e reler a história a fim de compreender as desigualdades de gênero e sexo que se construíram no desenvolvimento histórico em face da

<sup>41</sup> WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guaciar Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82. p. 40.

<sup>42</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 57.

<sup>43</sup> HOUAISS: VILLAR, 2004, p. 391. “Homossexual – 1- mantido por pessoa do mesmo sexo (diz-se de relacionamento sexual). 2 – que (m) sente atração por alguém do mesmo sexo”.

<sup>44</sup> HOUAISS: VILLAR, 2004, p. 102. “Bissexual – que abrange ou reúne os dois sexos, ou seja, sente atração por ambos os sexos”.

<sup>45</sup> MUSSKOPF, André Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. *Revista tempo e presença*, ano 3, n. 8, 2008. [s.p.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2NnaUQb>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>46</sup> MUSSKOPF, 2008, [s.p.]. Grifo nosso.



heterossexualidade como norma. A identidade de gênero <sup>47</sup> precisa ser entendida na pluralidade da condição humana. Ainda segundo Musskopf, sexualidade e orientação sexual são termos correlatos:

- sexualidade refere-se ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva a sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns/as de 'orientação sexual', e comumente classifica as pessoas em 'heterossexuais', 'homossexuais' e 'bissexuais'.<sup>48</sup>

Então, pode se dizer que orientação sexual ou sexualidade é a ligação ou a atração afetiva que se tem por outra pessoa, independentemente do seu gênero. A forma de entender a orientação sexual, no entanto, em sua maioria é entendida de forma binária<sup>49</sup> (homens e mulheres), não considerando a diversidade de gênero.<sup>50</sup> Neste sentido Butler, aponta que:

A partir de uma análise política da heterossexualidade compulsória, tornou-se necessário questionar a construção do sexo como binário, como um binário hierárquico. Do ponto de vista do gênero como imposto, surgiram questões sobre a fixidez da identidade de gênero como uma profundidade interior pretensamente externalizada sob várias formas de 'expressão'. Mostrou-se que a construção implícita da edificação heterossexual primária do desejo persiste, mesmo quando aparece sob a forma da bissexualidade primária.<sup>51</sup>

Butler mostra em sua reflexão que a construção da edificação heterossexual primária do desejo persiste nas orientações sexuais não heteronormativas, sendo esta uma construção histórico-cultural. Assumir a orientação sexual é também um ato político, de rompimento com

<sup>47</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 41. “Sobre a identidade de gênero, o termo cisheterossexualidade (sendo o prefixo “cis” o antônimo do prefixo “trans”) tem sido usado para descrever “a expectativa de que todas as pessoas são cissexuais [ou cisgênero], que aquelas pessoas a quem se assignou o sexo masculino ao nascer sempre crescem para ser homens, e aquelas a quem se assignou o sexo feminino ao nascer sempre crescem para ser mulheres”.

<sup>48</sup> MUSSKOPF, 2008, [s. p.].

<sup>49</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 42. De acordo com a comissão: “os sistemas binários de sexo e gênero têm sido entendidos como modelos sociais dominantes na cultura ocidental que considera que o gênero e o sexo incluem somente duas categorias rígidas, quais sejam, os sistemas binários de masculino/homem e feminino/mulher, e excluem aquelas pessoas que não podem se identificar dentro destas duas categorias, como por exemplo, algumas pessoas trans ou algumas pessoas intersexo. Estes critérios constituem juízos de valor sobre o que deveriam ser homens e mulheres. A CIDH observa o impacto prejudicial e devastador que estes modelos têm na vida das pessoas intersexo, que são submetidas a cirurgias genitais e tratamentos médicos desnecessários, motivados pelo desejo de tentar reproduzir a aparência dos genitais do sexo assignado, e de buscar “estabilizar formas particulares do desejo e do comportamento sexual.”

<sup>50</sup> SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*. v.11, n.3, p. 46-70, 2010. p. 53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a05v11n3.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>51</sup> BUTLER, 2003, p. 212.

a cultura vigente.<sup>52</sup> Não existe apenas um conceito de gênero e de sexo, este necessita ser entendido na sua diversidade. Por muitos anos essa divisão binária foi corroborada pela tríade sexo-gênero-sexualidade.<sup>53</sup> Musskopf aponta que

A homossexualidade, quando ampliada na perspectiva da Teoria Queer, tem uma significativa contribuição para dar neste debate. Por isso é importante não essencializar ou naturalizar a homossexualidade, como se vê em discursos do Movimento Homossexual. A corporeidade pode ser uma porta de saída (ou entrada) para esta discussão.<sup>54</sup>

Superar a naturalização e a essencialização na forma da orientação sexual se manifestar na vida das pessoas é superar a heterossexualidade e heteronormatividade<sup>55</sup> que rege a sociedade. Também a orientação sexual homossexual e bissexual pode se manifestar de forma plural e performativa. Os movimentos sociais feminista e LGBTI+ ampliaram a perspectiva de entender sexo, gênero e orientação sexual/sexualidade e o próprio corpo. Entender os corpos humanos em sua diversidade colabora na superação de toda forma da supremacia hierárquica, patriarcal, machista da heteronormatividade se manifestar nas diferentes instituições. Segue reflexão na perspectiva de entender que os corpos se manifestam em diversidade.

## 1.2 Corpos necessitam ser vistos em sua diversidade

No *Dicionário Houaiss* o corpo é conceituado das seguintes formas: “1 – estrutura física dos animais e do ser humano. 2 – no ser humano conjunto de cabeça, tronco e

<sup>52</sup> BUTLER, 1993, p. 212. A autora pergunta: “Como romper os fundamentos que encobrem as configurações culturais de gênero alternativas? Como desestabilizar e apresentar em sua dimensão fantasmática as “premissas” da política da identidade?”.

<sup>53</sup> SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 53-54.

<sup>54</sup> MUSSKOPF, André Sidnei. Identidade masculina e corporeidade: uma abordagem queer. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Org.) *Corporeidade, Etnia e Masculinidade: Reflexões do I Congresso Latino-americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, p. 80-107, 2015. p. 102. Disponível em: <[http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/807/1/Corporeidade\\_Etnia\\_e%20\\_Masculinidade.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/807/1/Corporeidade_Etnia_e%20_Masculinidade.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019

<sup>55</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. 2015, p. 41. Segundo a Comissão: “heteronormatividade refere-se ao viés cultural em favor das relações heterossexuais, conforme o qual essas relações são consideradas ‘normais, naturais e ideais’ e são favorecidas em relação com relações do mesmo sexo ou do mesmo gênero”. A heteronormatividade é composta de regras jurídicas, sociais e culturais que obrigam as pessoas a agir de acordo com padrões heterossexuais dominantes e reinantes. Sobre o impacto da heteronormatividade nas mulheres, afirma-se que os “estereótipos sexuais operam para demarcar as formas aceitáveis de sexualidade masculina e feminina, frequentemente privilegiando a heterossexualidade sobre a homossexualidade através da estigmatização das relações de lésbicas e a proibição de que as lésbicas casem ou formem uma família, por exemplo, através da inseminação artificial ou da adoção”. Também é útil o conceito de “hierarquia sexual” conforme o qual determinadas expressões de sexualidade, tais como a heterossexualidade, são concebidas como “boas, normais, naturais, benditas”, enquanto que outras formas, tais como a homossexualidade, são consideradas “más, anormais, contra a natureza ou malditas”.

membros”.<sup>56</sup> É a partir do corpo que o ser humano se estabelece no mundo. É necessário afirmar que o corpo tem história, sendo que muitas vezes não foi entendido de forma integral, mas dividido entre corpo e alma. As pessoas têm corpo e vivem em determinados contextos e ambientes. Elas participam de grupos, de comunidades religiosas e tiveram diferentes experiências de vida e trabalho.

Uma das maiores influências sobre a forma de entender o corpo, entretanto, é o dualismo. Como afirma Thomas Robinson

Segundo essa concepção, a alma, indubitavelmente, está destinada a ser o eu real, com o corpo servindo apenas como uma casca. É bem consistente enquanto doutrina, pois os desejos são atribuídos somente à alma; o corpo é tratado como, literalmente, peso morto (*tethnamen*) e evidentemente não toma nenhuma parte nas operações do indivíduo como tal.<sup>57</sup>

O corpo, portanto, foi entendido somente como uma casca que guarda a alma e ele não tem nenhuma influência nos desejos do ser humano, pois estes são atribuídos a alma. Neste sentido, o corpo foi desprezado e o espírito elevado. Júlio Zabatiero esclarece dizendo:

Platão descreveu o ser humano e o mundo em que vivemos, dividindo a realidade em duas partes contrastantes: o mundo sensível e o mundo inteligível. O corpo humano pertence ao mundo sensível e a mente humana ao mundo inteligível. O corpo por pertencer ao mundo sensível, é mortal, transitório e menos que o real. A mente por pertencer ao mundo inteligível, é imortal, permanentemente e efetivamente real.<sup>58</sup>

Esta concepção dualista que divide o ser humano em corpo e alma, bem e mal, influenciou de forma decisiva o modo como o ocidente entende o corpo. Neste sentido, Wanderley Pereira da Rosa ressalta que a influência do pensamento grego alcançou toda a sociedade em sua forma de se organizar:

Essa divisão entre o mundo mau da matéria e o mundo bom do espírito não se restringiu à antropologia, mas passou a determinar também a construção mesma da sociedade em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais, religiosas etc.<sup>59</sup>

Desta forma, se naturalizou o modo de entender corpos femininos e masculinos, dos esposos e dos homens, o mundo inteligível, o mundo real, que se realiza fora da casa,

<sup>56</sup> HOUAISS, 2004, p. 194.

<sup>57</sup> ROBINSON, 1970. *apud* ROBINSON, Thomas M. As características definidoras do dualismo alma-corpo nos escritos de Platão. *Letras Clássicas*, n. 2, p. 335-356, 1998. p. 336. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/viewFile/73743/77409](http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/viewFile/73743/77409)>. Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>58</sup> ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Filosofia para uma Teologia Inovadora*. Santo André: Academia Cristã, 2009. p. 1.

<sup>59</sup> ROSA, Wanderley Pereira da. *O dualismo na teologia cristã*. 2. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014. p. 17

mercado de trabalho, negócios; e o reservado às mulheres, o mundo sensível, isto é a maternidade, o cuidado da casa e dos filhos. Foi com o movimento feminista que se iniciou o questionamento à naturalização do que significa ser feminino e masculino, rompendo também com o dualismo. Neste sentido Musskopf reflete criticamente sobre o dualismo:

Há formas diversas de se compreender as identidades humanas. Muitas vezes se trabalha com a ideia de identidades como essências. Esta essência, dada a priori ou constituída no decorrer da vida, define o comportamento humano como decorrência desta identidade essencial. Em termos de masculinidade e feminilidade esta identidade estaria dada a partir de um substrato biológico (a presença de uma genitália do sexo masculino ou feminino). Além da genitália, como se viu, fala-se nas diferenças na configuração do cérebro de homens e mulheres. A partir da Teoria Queer postula-se a ‘identidade’ como a forma como cada pessoa se identifica nas suas redes de relações. Ela nunca é construída isoladamente, mas sempre em relação. Nesta relação com o outro (os outros e as outras), assume diferentes características, às vezes contraditórias, em diferentes momentos e espaços. Ou seja, a identidade é um processo aberto, constantemente construído, re-avaliado, re-finido e múltiplo.<sup>60</sup>

Como aponta Joana Maria Pedro, os movimentos feministas, de gays e lésbicas (LGBTI+), considerando suas diferenças de reivindicações, apontaram para novas formas de feminilidades e masculinidades.<sup>61</sup> O corpo tem história e é histórico. Com o movimento LGBTI+ desenvolveu-se a teoria *queer* que aponta para inclusão daqueles grupos de pessoas que estavam excluídas dos modelos considerados heteronormativos ou do binarismo de gênero. A palavra *queer* vem do inglês e significa “bizarro”. Segundo Tânia Navarro Swain: “*queer* em um primeiro momento, foi o nome dados aos homossexuais, os ‘bizarros’; em seguida, um novo fenômeno se introduz no discurso e a prática correspondente se revela, tomando para si esta denominação: o bissexualidade”<sup>62</sup> e rompe com a concepção binária de gênero.

O pensamento *queer* além de desconstruir o binarismo entre homem-mulher, abre-se para novas formas da feminilidade e da masculinidade se constituírem socialmente. De acordo com Souza e Carrieri, a analítica *queer* aponta: “a) crítica ao modelo sexual binário, seja ele biológico ou sociológico/cultural; b) fim das classificações em identidades sexuais, princípio

<sup>60</sup> MUSSKOPF, 2015, p. 100.

<sup>61</sup> PEDRO, 2011, p. 270. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019. “Já sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação”.

<sup>62</sup> SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. *Gênero*, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2. sem. 2001. p. 92. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30991/18080>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

que a fundamenta; c) combate à heteronormatividade; e d) desnaturalização do sexo”<sup>63</sup>. Portanto, o termo *queer* objetiva refletir sobre novas formas da sexualidade, além da heterossexualidade e de relações binárias, rompe também com a oposição entre homo e heterossexual. É necessário questionar toda a cultura do corpo que foi construída a partir da heteronormatividade, que influencia a forma da sociedade se organizar, gerando exclusões. Musskopf lembra que “há novas perspectivas de perceber os corpos se colocarem no mundo e como estes se relacionam com outros corpos”.<sup>64</sup> O autor aponta para o termo corporeidade, apontando que os corpos estão em constantes relações:

Corporeidade – Onde sexo, gênero e sexualidade se encontram; o que sexo, gênero e sexualidade têm em comum, assim como com todas as outras características que compõem as identidades dos seres humanos, é que elas são significadas em nossos corpos. O termo “corporeidade”, não se refere apenas ao corpo humano como conjunto de órgãos e partes, mas ao ser humano enquanto presença corporal e a sua relacionalidade consigo mesmo, com outras pessoas, com a natureza e com a divindade. É a forma como existimos e damos significado à nossa existência. Neste sentido, o corpo é a “superfície de inscrição de valores” tanto sociais quanto sexuais. Os papéis de gênero são construídos sobre os corpos com sua constituição físico-biológica única e vivenciados através de uma sexualidade específica.<sup>65</sup>

Portanto, além do dualismo, do binarismo, da heterossexualidade, da homossexualidade há outras formas dos corpos estarem em relações. Apresentam-se algumas formas dos corpos se manifestarem, apresentando variações de sexo e gênero como: transexual, travesti, *crossdresser*, *drag queem*, *drag king*, transgênero e cisgênero<sup>66</sup>.

Diante da imensa gama de diversidade sexual e de gênero, cabem às pessoas se abrirem perante as diferenças e deixarem de lado os conceitos pré-concebidos que estão enraizados na sociedade estritamente heterogênea e binária. De acordo Patrícia Porchat “é no corpo-performance das *drag queens* nos bares gays que frequentava como estudante que Butler novamente se depara e agora se pergunta sobre os corpos passíveis de serem submetidos à violência, exclusão e assassinato”.<sup>67</sup> Neste sentido, Butler reflete sobre o corpo, apontando para a performatividade do sexo e do gênero. Sexo e gênero não são entidades fixas nos corpos.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de

<sup>63</sup> SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 63.

<sup>64</sup> MUSSKOPF, 2008, [s. p.].

<sup>65</sup> MUSSKOPF, 2008, [s. p.].

<sup>66</sup> Para mais informações ver anexo I.

<sup>67</sup> PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. *Periódicus*, Salvador: UFBA, v. 1, n. 3, p. 37-51, mai./out. 2015. p. 40. Disponível em: <<https://bit.ly/2rnRPox>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade<sup>68</sup>.

Para Butler o corpo não apresenta “status ontológico” desvinculado de sua performatividade; logo, se o gênero é performático, o corpo também o é. Cabe acrescentar que o corpo é o instrumento (meio) pelo qual o discurso se materializa. Sob esse prisma a concepção de ser homem ou de ser mulher deixa de ser fixa e atemporal e é construída constantemente, discursivamente e performaticamente. Dessa forma, ser homem e ser mulher ausenta-se de algo somente concebido biologicamente.<sup>69</sup> A autora, portanto, tem se tornado uma referência nos estudos de transexuais e travestis, pois estes grupos subvertem a ordem estabelecida. A performatividade destes grupos também aponta para os atos performativos nos corpos de todas as pessoas. Ainda para Butler,

Há sempre uma dimensão corporal que não pode ser totalmente representada, mesmo se ela funciona como a condição da linguagem e, ao mesmo tempo, a condição que ativa a linguagem... Nós dizemos coisas, e queremos dizer algo através do que dizemos, mas também fazemos algo com nossa fala, e o que fazemos, como agimos sobre o outro com nossa linguagem, não é o mesmo que o significado que nós conscientemente transmitimos. É nesse sentido que as significações do corpo excedem as intenções do sujeito.<sup>70</sup>

O corpo perpassa o desejo do sujeito e com isso é evidente a modificação das condutas sociais de gênero, por exemplo. Desta forma, fica evidente que o corpo não se submete cem por cento às ordens de normalidade impostas por sua materialização. Nesse sentido, o corpo resiste tanto às intenções do sujeito quanto às normas sociais.<sup>71</sup> Os corpos de todas as pessoas importam e as relações estão além da orientação sexual, do sexo e do gênero. Tânia Navarro Swain aponta para a necessidade de

Uma percepção do corpo como um todo de sensibilidade e de sensualidade, uma desestabilização da sexualidade centrada nos órgãos genitais, uma abertura para a emoção que atravessa os olhares, seria uma nova erótica social? Subjetivação, sem limites e sem definições. A âncora está partida, o apelo do largo nos traz o gosto da descoberta.<sup>72</sup>

<sup>68</sup> BUTLER, 2003, p. 194.

<sup>69</sup> BUTLER, 2003, p. 194-195.

<sup>70</sup> BUTLER, 2004 *apud* PORCHAT, 2015, p. 48.

<sup>71</sup> PORCHAT, 2015, p. 49

<sup>72</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. *Educar*, n. 35, p. 23-36, 2009. p. 35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a03.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

É nos corpos que se materializa a vida humana. Os corpos necessitam ser vistos em sua diversidade e nas relações que estabelecem. Os corpos são frutos de construções sócio-histórico-culturais. Antônio Maspoli de Araújo Gomes afirma que o corpo:

[...] carrega consigo, na história do corpo individual de um determinado indivíduo, a história do corpo da humanidade, do corpo da espécie. Esta afirmação torna-se válida também quanto à sexualidade humana. O homem exerce a sexualidade num espaço de tempo determinado e perpassado pela economia, política, teologia e, em certo sentido, pela religião. Estes fatores, combinados, determinam suas crenças sobre o corpo humano e sua práxis sexual.<sup>73</sup>

A materialização dos corpos também sofre influência da religião, como parte da cultura. De acordo com Claudete Beise Ulrich:

Gênero também é uma construção simbólica e contém o conjunto de atributos designados às pessoas a partir do sexo, fortalecidas pelas tradições religiosas. O gênero está assentado na experiência e no cotidiano de cada pessoa, de cada homem e de cada mulher. Por sua vez, cada qual existe a partir de sua corporeidade, e esta categoria confirma a historicidade dos corpos humanos e a conformação, em cada caso, da unidade do sujeito em seu corpo. Portanto, a identidade sexual é um aspecto da identidade de gênero.<sup>74</sup>

A presente seção refletiu sobre a construção dos corpos, do gênero, do sexo, fundamentando a heterossexualidade. Afirma-se, entretanto, a importância do respeito à diversidade. A teoria *queer* também abriu portas para se questionar o poder da heteronormatividade, que se afirma na binaridade de gênero, que tem sido fortalecido pelo cristianismo. Na seção, vamos apontar para as questões que envolvem cristianismo, gênero e diversidade sexual no Brasil.

### 1.3 Cristianismo, gênero e diversidade sexual

O Estado Brasileiro afirma ser laico e não confessional, isto é, não adota nenhuma religião. E, assim, define a carta magna no seu art. 5º, inciso VI, que afirma:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de

<sup>73</sup> GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, n. 1, p. 1-38, 2006. p. 2.

<sup>74</sup> ULRICH, Claudete Beise. Gênero como categoria de análise do fenômeno religioso: Perspectivas teológicas feministas para superação das violências. In: BRAGA JUNIOR, Reginaldo Paranhos; ROSA, Wanderley Pereira da. *Religião, violências e direitos humanos*. Vitória: Unida, 2019. p. 63-101. p. 77.

culto e a sua liturgia, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.<sup>75</sup>

Portanto, a Constituição Cidadã de 1988 afirma a liberdade de consciência, de crença e afirma a promoção do bem para todas as pessoas sem preconceito de classe, raça, gênero, cor, idade. A Constituição Federal garante também a diversidade sexual. As liberdades afirmadas na Constituição estão ligadas ao respeito às diversidades.

No desenvolvimento histórico do Brasil desde a sua conquista, o cristianismo tem sido a religião majoritária no país. A maioria da população brasileira ainda se denomina de tradição católica romana. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>76</sup>, entretanto, apontou para um aumento crescente de evangélicos.<sup>77</sup> Neste sentido, afirma-se que a maioria dos/das brasileiros/as se afirma de religião de tradição cristã.

Ao definir religião, Geertz afirma que ela é “um sistema de símbolos”<sup>78</sup>, com claros objetivos, para

(2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.<sup>79</sup>

Parafraseando Geertz, pode se dizer que Religião é um sistema que estabelece poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos seres humanos, na sua forma de viver e entender o corpo/o mundo que os cerca. A religião, portanto, influencia na forma como o corpo é entendido, vivenciado, materializado no mundo. Joan Scott apontou que

[...] primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias). [...] Em segundo lugar, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e

<sup>75</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal. 2016. p. 13. Disponível em: <<https://bit.ly/2K0xuvS>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

<sup>76</sup> IBGE – Será utilizado para referir-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>77</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2CscASs>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>78</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 104.

<sup>79</sup> GEERTZ, 2008, p. 104.



tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino.<sup>80</sup>

A autora justamente mostra em sua reflexão que os conceitos normativos são expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, afirmando a oposição binária do masculino e do feminino. A religião é formada por símbolos, mitos, ritos, livros sagrados que aprofundam relações de poder, que incide sobre relações de gênero, pois como já anotado, percebe somente a formação binária de gênero. Esta afirmativa está baseada no texto bíblico de Gênesis 1.27 que registra: “Assim, Deus criou o ser humano semelhante à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou”. O versículo posterior afirma que: “Deus os abençoou e disse-lhes: Multipliquem-se, encham a terra e dominem-na. Tenham poder sobre os peixes, sobre as aves dos céus e sobre os animais que rastejam pela terra”. Estes versículos bíblicos são, muitas vezes, usados de forma descontextualizada para afirmar somente a relação heteronormativa e a relação sexual como necessária para a procriação humana.

No entanto, a religião tem sido um elemento cultural utilizado para fortalecer a desigualdade de gênero não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres, passando pela classe social, raça/etnia, geração. A religião tem visto a sexualidade como um mal necessário para a procriação e não como algo inerente a realidade humana. Segundo Valéria Melki Busin:

A função da sexualidade como exclusivamente reprodutora também é um fator gerador de problemas, pois o sexo realizado somente por prazer não é moralmente bem visto. Mesmo que os/as brasileiros/as tenham práticas e comportamentos bastante diferentes dos pregados pelas religiões cristãs, essas concepções ajudam fortemente a amalgamar e a legitimar o preconceito contra gays e lésbicas, reforçando as ideias correntes de que essas pessoas vivem em perversão, são anormais e desviantes.<sup>81</sup>

Neste sentido, a diversidade sexual e de gênero é entendida como pecado, pois não é vista em primeiro lugar a procriação, e sim, o prazer. A pregação das igrejas cristãs, baseada em textos bíblicos, aponta para relações que não se encontram dentro do binarismo como pecado. Neste sentido, Daniele Trindade Mesquita e Juliana Peruchhi lembram:

Tal repetição dos trechos bíblicos pode ser compreendida a partir do que Butler (2001) e as teorizações queer têm compreendido como performatividade, isto é, o fato de que as sociedades constroem normas para regular o sexo e que elas precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que se materializem como verdade.

<sup>80</sup> SCOTT, 1990, p. 14-16.

<sup>81</sup> BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero, *Rever*, v. 11, n. 01, jan./jun., p. 105-124, 2011. p. 119. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Este é o caso dos discursos contidos nos rituais religiosos, no casamento, na divisão binária dos gêneros, nas formas de estigmatização e preconceito, na misoginia, entre outros.<sup>82</sup>

A corporeidade, desde a teoria *queer*, nos mostra esta limitação e pode apresentar novos caminhos.<sup>83</sup> Desta forma, a teoria *queer*, propõe a ruptura de um corpo fixo, padronizado para um corpo com identidades diversas de sexo, gênero e orientação sexual. Assim, parafraseando Musskopf e Sthoer, em uma primeira afirmativa, Deus não criou homens e mulheres – Deus criou seres humanos em sua diversidade. É necessário romper com os dualismos e com o binarismo.<sup>84</sup> O ser humano necessita ser visto em sua diversidade sexual e de gênero. Musskopf lembra que “Deus não criou do ordenamento, criou do caos. Enquanto continuarmos dividindo a humanidade em homens e mulheres, masculino e feminino, que nos parece tão ‘natural’, não romperemos com este dualismo do qual decorrem muitos outros.”<sup>85</sup>

O autor também se pergunta: “Qual é o gênero da religião e qual é a religião do gênero numa política pós identitária?”<sup>86</sup> Esta parece ser uma das crises que atravessa o cristianismo. A diversidade é uma realidade humana e ela aponta para a diversidade do sagrado, pois a vida de cada ser humano é sagrada e necessita ser respeitada. Também a relação com a divindade necessita ser percebida em perspectivas plurais. Neste sentido, Marcella Althaus-Reid<sup>87</sup> foi uma teóloga que buscou repensar a imagem de Deus, a partir da diversidade sexual, de uma perspectiva *queer*. Eliane Brum em 2006, quando Marcela esteve no Brasil, perguntou a ela numa entrevista para a Revista Época: “Como é um Deus *Queer*?”. A pergunta recebeu a seguinte resposta:

É um Deus que não está terminado. Temos Deus saindo do armário ao dizer “não posso ser Deus, tenho outra identidade, preciso ser homem”. Não é um gesto de doação aos homens, mas uma necessidade de Deus de revelar-se. Dizer: “Sou frágil, sou humano”. Sair desse armário lhe custou caro. Essa é uma interpretação nova de Deus, a partir de outra maneira de se relacionar com a divindade. Essas metáforas do

<sup>82</sup> MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016. p. 112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00105.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

<sup>83</sup> MUSSKOPF, 2008, p. 105.

<sup>84</sup> MUSSKOPF, 2015, p. 104.

<sup>85</sup> MUSSKOPF, 2008, p. 105

<sup>86</sup> MUSSKOPF, 2008, p. 105.

<sup>87</sup> BRUM, Eliane. Teologia indecente. Entrevista com Marcela Althaus-Reid concedida a Eliane Brum. *Época*, ed. 329, 06 set. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT805466-1666,00.html>>. Acesso em: 20 maio 2019. “*Indecent Theology* (Teologia Indecente) foi lançado no Reino Unido em 2000 e Marcella nunca mais parou de produzir polêmica. No ano passado, ela botou no mercado outro livro provocador: *The Queer God* (O Deus “Esquisito”). A palavra inglesa *queer* é habitualmente traduzida como ‘gay’, mas Marcella a usa no sentido original da Cultura Queer, um movimento que surgiu em Londres e Nova York no fim do século XX e ganhou importância na política e no comportamento. Nele, Queer é compreendido como aquilo que está fora da possibilidade de formatação ou definição, para além da ordem. É transgressor, mas também indefinível”.

Deus perfeito, da sabedoria suprema, do terminado vêm de uma maneira de pensar pré-moderna. Eu trabalho com o pós-moderno. O Deus Queer é um Deus inacabado. Em processo, ambíguo, de múltiplas identidades, que nunca terminamos de conhecer porque, quando o abarcamos, escapa, há mais. Não quero um Deus do centro hegemônico, um rei que vem te visitar na favela, te dá a mão e diz: “Eu sou Deus, tenho um reino e sou tão bom que venho te visitar. Mas, agora, dá licença que tenho de voltar ao Reino dos Céus”. Falo de um Deus que abre seu armário e diverte seus amigos, dizendo: “Agora sou Marlene Dietrich”.<sup>88</sup>

A autora Althaus-Reid questiona como o cristianismo tem tratado a diversidade sexual e de gênero. O cristianismo tem rejeitado a diversidade sexual e de gênero, pois tem se firmado na imagem de um Deus pai, patriarcal, poderoso, forte. As pessoas que não se enquadram na dimensão heterossexual têm sido rejeitadas. Geralmente, o cristianismo ressalta a heterossexualidade, afirmando a naturalização do sexo. A pessoa tem pênis é homem, vagina é uma mulher. Afirma que Deus criou o homem e a mulher para procriarem, da mesma forma que Deus criou o sexo também para o prazer humano. É necessário mudar nosso jeito de falar sobre Deus. É urgente buscar metáforas mais plurais e inclusivas na relação com o sagrado, pois segundo Elza Tamez:

Há um desequilíbrio de gênero na representação de Deus. Esta é feita com categorias masculinas, algumas vezes patriarcais, outras, não. [...] A realidade patriarcal cria uma defasagem entre o discurso teológico universal e as práticas que excluem as mulheres. Diz-se que todos, homens e mulheres, são criados à imagem de Deus, mas muitas vezes a manifestação divina como masculina cria dogmas que promovem a desigualdade, como, por exemplo, de um fato tangencial – Jesus é homem –, em que se cria um dogma que exclui as mulheres do ministério ordenado. Contudo, o fato superficial de que ele seja judeu não é obstáculo para ordenar homens não judeus. É um fato que as imagens dominantes de Deus, as estruturas discursivas, as imagens sobre Deus, são masculinas e patriarcais.<sup>89</sup>

É necessário cuidar da linguagem teológica, pois ela denota relações hierárquicas, homofóbicas e a manutenção de poderes, afirmando o poder masculino sobre o feminino e sobre tudo aquilo que foge do modelo patriarcal e masculino heterossexual. O falar sobre Deus sempre é limitado, falho e humano. Segundo Deifelt:

É evidente o papel que contexto e cultura desempenharam na criação e manutenção de metáforas. Vamos analisar a trajetória de uma metáfora em particular: Deus como pai. O problema não é a metáfora em si, mas sua absolutização. [...] A linguagem mantém o poder do *pater*, não questiona a interconexão entre os construtos do poder, que beneficiam e, ainda pior, estabelece as relações hierárquicas como ordenamento divino. A perversão é tamanha que a divindade parece compactuar com valores sexistas, racistas, classistas e homofóbicos. Por isso suspeitar da

<sup>88</sup> BRUM, 2006, [s.p].

<sup>89</sup> TAMEZ, Elza. Religião, gênero e violência. *Agenda Latino-Americana*, 2011. [s.p.]. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=353>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

linguagem é também suspeitar da realidade que dá origem a essa linguagem. A linguagem revela ideologias e práticas.<sup>90</sup>

Neste sentido, Rubem Alves lembra que a religião é uma linguagem e ela cria realidades, relações de poder, mas ela pode também apontar para transformações na vida cotidiana.

Sabia que a religião é uma linguagem?  
Um jeito de falar sobre o mundo...  
Em tudo, a presença da esperança e do sentido...  
Religião é tapeçaria que a esperança constrói com palavras.  
E sobre estas redes as pessoas se deitam.  
E, deitam-se sobre palavras amarradas umas nas outras.  
Como é que as palavras se amarram?  
É simples.  
Com o desejo.  
Só que, às vezes, as redes de amor viram mortalhas de medo.  
Redes que podem falar de vida e podem falar de morte.  
E tudo se faz com as palavras e o desejo.  
Por isso, para se entender a religião, é necessário entender o caminho da linguagem.<sup>91</sup>

A religião é um jeito de falar do mundo. Ela é feita de palavras. Ela é linguagem e está amarrada como uma tapeçaria que forma uma rede. Nem sempre estas redes são feitas de amor, muitas vezes, elas viram mortalhas de medo. Portanto, a religião se mostra através da linguagem que se apresenta por meio dos discursos e das práticas religiosas. A religião como parte da cultura tem interferido na forma de entender o corpo. Historicamente, a religião cristã naturalizou os corpos dos homens e das mulheres, afirmando aspectos da biologia. Os corpos que não estavam dentro do modelo natural de ser feminino e masculino eram vistos como doentes, pecaminosos, culpados. A religião de tradição, a qual se está refletindo, colaborou para o sofrimento e a condenação de pessoas homossexuais, bissexuais, transgêneros, transexuais. Sandra Duarte de Souza aponta para o fato de que a religião

[...] é, antes de tudo, uma construção sociocultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sociocultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades. [...] Os sistemas simbólicos religiosos se constituem em importantes mecanismos de construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante. Apesar da perda do poder regulador da religião nas sociedades

<sup>90</sup> DEIFELT, Wanda. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.) *Teologia para Outro Mundo Possível*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 263-276. p. 266.

<sup>91</sup> ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 16.

secularizadas o que se verifica é ainda um forte *religious appeal* na maneira como os sexos se reconhecem socialmente.<sup>92</sup>

Ter a concepção de que a religião é constituída por fatores sociais e culturais e que extrapola os limites impostos pela sociedade, e que na verdade é uma construção de regras, normas e de certa forma uma doutrinação que incide decisivamente na vida do ser humano e na sua relação com o meio onde está inserido é de suma importância para o debate atual.

Desta forma, pode carregar conceitos patriarcais e machistas arraigados que necessitam de reflexão e intervenção. Assim, neste âmbito, se faz necessária a reflexão a partir do gênero e/ou da teoria *queer*, pois a religião contempla tanto preceitos positivos como negativos como privação e ações truculentas contra o sexo feminino, como também contra toda a comunidade LGBTQI+, por parte daqueles fortalecidos com visão androcêntrica, hierárquica. A religião de tradição cristã é bastante forte e poderosa no Brasil e perpassa o cotidiano da vida das pessoas e a forma das instituições se organizarem na sociedade. Ela influencia formas de pensar e de agir.

Neste sentido, busca-se refletir, no segundo capítulo, sobre a escola, de como a mesma tem incluído nos processos educacionais e pedagógicos reflexões e práticas em relação ao respeito cidadão às diversidades sexual e de gênero.

---

<sup>92</sup> SOUZA, Sandra Duarte de. Gênero E Religião nos Estudos Feministas. *Revista Mandrágora*, v. 12, p.122-130, 2004. p. 122-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a14v12ns.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

## 2 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: INCLUSÃO E RESPEITO

A escola é um espaço privilegiado na construção de conhecimento, sendo esta também uma possibilidade para a quebra de preconceitos em relação aos padrões colocados como normativos através da heteronormatividade. A diversidade é parte da condição humana, sendo também reconhecida como direito. Busca-se, neste capítulo, refletir sobre documentos internacionais e nacionais que apontam para a necessidade de incluir reflexões sobre o gênero, diversidade e sexualidade nas escolas como um direito humano.

O contexto escolar é pluricultural e multirreligioso. Por esta razão, ele está intimamente ligado aos problemas sociais, aos aspectos culturais e às questões de gênero. Busca-se refletir sobre estas questões de forma ética, ou seja, sem radicalismo, tendenciosidade, mantendo respeito perante as diferenças. Como reflete Hugo Assmann “uma sociedade onde caibam todos só será possível num mundo onde caibam muitos mundos.”<sup>93</sup> É necessário aprender a respeitar as diferenças e a relacionar-se numa relação dialógica. É neste processo que o ser humano descobre que pode ser muito mais.<sup>94</sup>

Procura-se, portanto, desmitificar que a diversidade sexual seja doença e que necessita ser curada. A escola necessita incluir práticas educativas a partir da perspectiva do respeito à diversidade sexual, pois a escola é um espaço educativo fundamental para inclusão, visando a cidadania plena e a democracia, e não segregando com discurso de ódio de que é pecado como pregam os fundamentalistas cristãos.

### 2.1 Diversidade sexual e gênero na escola: situações de conflito e violências

Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)<sup>95</sup>, que objetivam ser uma orientação para as escolas brasileiras. O documento busca

[...] responder à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade

<sup>93</sup> ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 29

<sup>94</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 82

<sup>95</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* - Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.<sup>96</sup>

O objetivo maior dos PCN's é de garantir que sejam respeitadas as diversidades na sociedade que é plural e complexa. Fortalece-se o papel da educação no processo de construção da cidadania, tendo como meta uma crescente igualdade de direitos, baseada em princípios democráticos. No entanto, para que haja igualdade é necessário que todos e todas tenham “acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes”.<sup>97</sup>

Os PCN's propuseram a transversalização de vários temas, incluindo questões da ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual (sexualidade) nos currículos escolares e componentes curriculares.<sup>98</sup> No entanto, de acordo com Luciana Maria Lunardi Campos:

essa proposta não se efetivou, por razões diversas, dentre as quais destacamos desconhecimento e despreparo em relação ao tema e à abordagem transversal. Com um maior rigor na análise pode-se, mesmo, questionar se essa temática é abordada efetivamente nas escolas e reconhecer que não há consensos sobre o que abordar, como abordar e quem abordar.<sup>99</sup>

A autora coloca que esta proposta de transversalizar os conteúdos e os componentes curriculares não deram certo devido à falta de conhecimento dos/das professores/as, pedagogas/os e demais gestores das escolas. Havia poucos cursos de licenciatura e de pedagogia que haviam incluído em seus currículos estudos e pesquisas sobre relações de gênero e diversidade sexual. Como os professores professam uma religião cristã, “eles se sentem desconfortáveis em debater esses assuntos em sala de aula, somando-se a isso, muitas vezes a falta de conhecimento e de preparo didático pedagógico dos/as professores/as foi e é uma das questões que contribuem para o quase inexistente diálogo sobre gênero e sexualidade na escola”.<sup>100</sup> Aliás, como afirma Campos:

Nesse cenário, perpetua-se uma prática historicamente construída: a abordagem de aspectos biológicos da sexualidade (aparelho reprodutor, reprodução, doenças

<sup>96</sup> BRASIL, 1997a, p. 13.

<sup>97</sup> BRASIL, 1997a, p. 13.

<sup>98</sup> BRASIL, 1997a, p. 45. Veja também BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

<sup>99</sup> CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas, *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 4, [s.p.]. dec./dec. 2015. [s.p.]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

<sup>100</sup> CAMPOS, 2015, [s.p.].

sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos) pelo professor da área de Ciências, mantendo-se o "currículo sexual oculto" que "ensina a normalização das expressões de gênero, o modelo do casal heterossexual reprodutor, a família nuclear, a hierarquização dos gêneros, a exclusão de orientações sexuais diferentes etc."<sup>101</sup>

Portanto, a falta de uma reflexão teórica atualizada e crítica sobre o significado de sexo, gênero, orientação sexual, diversidade sexual tem fortalecido práticas escolares excludentes. As abordagens em sala de aula a partir somente do aspecto biológico tem fortalecido o modelo de casal heterossexual, procriação, família nuclear, a hierarquização dos gêneros e, muitas vezes, são demonizadas as orientações sexuais que não se enquadram dentro do modelo heteronormativo.

No entanto, são notórios os conflitos que acontecem no ambiente escolar, quando se trata das questões relacionadas à diversidade sexual<sup>102</sup>. O tema da diversidade sexual traz para a roda de diálogo outros sujeitos que na maioria das vezes estão e são invisibilizados como os gays, as lésbicas, os bissexuais, os transexuais, os travestis, os transgêneros, entre outros. Segundo Barreto, Araújo e Pereira: “É no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercer o direito e o respeito à diferença”<sup>103</sup> sendo cabíveis de serem influenciados pela família ou pela religião cristã a que pertencem.

O que se percebe no cotidiano educacional é o ocultamento destes sujeitos e os/as mesmos/as são tratados, muitas vezes, com violência. Isso pode ser corroborado através das análises dos resultados expressos no relatório da pesquisa realizada virtualmente com adolescentes e jovens gays, lésbicas bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBT) em 2016 sobre as experiências que tiveram nas instituições educacionais relacionadas a sua orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero. A pesquisa aponta que a falta por parte dos/as alunos/as LGBTI+ à instituição educacional se dava quando haviam vivenciado níveis maiores de discriminação relacionada à sua orientação sexual ou à sua identidade / expressão de gênero.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> CAMPOS, 2015, [s.p.].

<sup>102</sup> BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. p. 131. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

<sup>103</sup> BARRETO, ARAÚJO, PEREIRA, 2009, p. 33.

<sup>104</sup> ABGLT. *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT; Secretária de Educação, 2016. p. 50. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.



A pesquisa também mostrou que do universo pesquisado, no ambiente educacional, cerca de 35,8%<sup>105</sup> dos/as alunos/as sofreram agressões físicas e 84,4% sofreram agressões verbais.<sup>106</sup> Outra questão que chama a atenção na pesquisa são os locais que os/as estudantes LGBT procuravam evitar:

com mais frequência eram as instalações esportivas ou as aulas de educação física e os banheiros da instituição educacional, com mais de um terço evitando cada um desses espaços porque se sentiam inseguros/as ou constrangidos/as (38,4% e 36,1%, respectivamente). Mais de 25% dos/das estudantes LGBT também afirmaram que evitavam os vestiários (30,6%) e um quinto evitava quadras ou instalações esportivas da instituição educacional (22,1%).<sup>107</sup>

Essa situação de discriminação e até medo acarreta no baixo desempenho dos estudantes, podendo até mesmo serem reprovados e, com isso, alguns desistem de estudar e como consequência há também aumento no número de evasão escolar. A pesquisa realizada pela ABGLBT de 2016 mostra que a

[...] consequência é que a homo/lesbo/transfobia continua sendo um problema nos estabelecimentos de ensino e, por negligência na formação para a convivência democrática com as diferenças individuais e coletivas, na sociedade em geral. As mudanças sociais necessárias para promover maior respeito à diversidade sexual em todos os âmbitos não estão sendo geradas pelo sistema educacional e este permanece sendo um lugar que não é acolhedor ou seguro para estudantes LGBT, prejudicando seu desempenho acadêmico e, não raro, levando-os à evasão escolar.<sup>108</sup>

Fato interessante é que de certa forma pode haver um consenso de que a evasão pode ser provocada ou estimulada pela homo/lesbo/transfobia, mas são raros relatos nas ocorrências feitas pelas escolas bem como estatísticas que abordam essa temática.<sup>109</sup> Para corroborar essa linha de pensamento cabe parafrasear um fragmento da pesquisa realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>110</sup> da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>111</sup>, que afirma que as estatísticas não refletem a real dimensão das violências sofridas pelos LGBTI+ e ainda acrescenta que muitos não denunciam por medo ou porque não confiam no sistema judicial, assim como na polícia. As vítimas bem como seus familiares e os amigos das vítimas não denunciam os abusos, as agressões sejam elas físicas

<sup>105</sup> ABGLT, 2016, p. 40.

<sup>106</sup> ABGLT, 2016, p. 39.

<sup>107</sup> ABGLT, 2016, p. 27.

<sup>108</sup> ABGLT, 2016, p. 84.

<sup>109</sup> DÍAZ, Margarita; CHINAGLIA, Magda; DÍAZ, Juan. *Estudo Qualitativo Sobre a Homofobia no Ambiente Escolar em 11 Capitais Brasileiras*. Campinas: Reprolatina, 2011. 70 p. Disponível em: <[http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola\\_sem\\_homofobia/Relatorio\\_Tecnico\\_Final.pdf](http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

<sup>110</sup> A sigla CIDH será usada para representar Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

<sup>111</sup> OEA – Representa Organização dos Estados Americanos.

ou verbais ou até mesmo os homicídios por medo de retaliação, pois o preconceito e a hostilidade perpassam membros da sociedade e as autoridades quando se tratam de questões tangíveis à orientação sexual e diversidade sexual.<sup>112</sup> Para consolidar, de acordo com o “Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>113</sup> para os Direitos Humanos, as vítimas LGBTI+ muitas vezes não denunciam crimes por medo de extorsão, de que não se respeite a confidencialidade necessária, ou de represálias”.<sup>114</sup>

Fato quase inacreditável é que quando um ato de violência é cometido contra uma pessoa LGBTI+ e eles são denunciados as informações a respeito de sua orientação sexual são suprimidas ou encobertas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) evidencia os baixíssimos índices de queixas de abusos (violências) contra pessoas LGBTI+, mesmo quando há violação da integridade pessoal, até são mínimos os casos relatados às autoridades, ou a organizações ou ainda focado pelas mídias.<sup>115</sup>

No relatório de 2015 CIDH – Violência contra LGBTI+ - é relatado que crianças ou adolescentes sofrem retaliações, são discriminadas e ainda sofrem violência verbal e física quando os colegas de classe ou de outras turmas percebem que os mesmos estão fora do padrão normativo da heteronormatividade.<sup>116</sup> A CIDH afirma que segundo

[...] o Fundo das Nações Unidas para a Infância (“UNICEF”, pela sigla em inglês), o alcance desta discriminação e violência inclui: isolamento por parte de companheiros e companheiras na escola, em casa ou na comunidade; marginalização e exclusão de serviços essenciais como educação e assistência médica; abandono por parte da família e da comunidade; assédio, bullying escolar, intimidação, e violência física e sexual, incluindo estupro “corretivos.”<sup>117</sup>

Ampliando o olhar sobre este cenário triste vale analisar o gráfico 1 que deixa nítido como são alarmantes os números de mortes de pessoas LGBTI+ no Brasil anualmente. Cabe salientar que tais estatísticas não são governamentais, são dados retirados do relatório de 2017 sobre as mortes violentas de LGBTI+ no Brasil do Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>118</sup>.

<sup>112</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. 2015. p. 82-83.

<sup>113</sup> ONU – Refere-se a Organização das Nações Unidas.

<sup>114</sup> ONU, 2015 *apud* COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p.268. Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Discriminação e violência contra as pessoas por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.

<sup>115</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Um panorama da violência contra as pessoas LGBTI na América: um registro que documenta atos de violência entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2014* - Comunicado para a Imprensa No. 153A/14 de dezembro de 2014, 2014. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2014/153A.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>116</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 189.

<sup>117</sup> UNICEF, 2014 *apud* COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 189.

<sup>118</sup> Adaptado de: GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017*. [S.l.: s.n.]. 2017. p. 2. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Gráfico 1: Mortes de pessoas LGBTI+ no Brasil/ano<sup>119</sup>

Analisando o gráfico 1 percebe-se o aumento exacerbado das mortes em 2017 quando comparadas com os anos anteriores, e confrontados com 2016 teve um aumento aproximado de 29%. Esse cenário nos remete à escola, campo propício para se discutir questões tangentes à diversidade sexual, entre outras situações, que envolvam os LGBTI+, por ser o local onde as informações convergem para o conhecimento propriamente dito, já que a escola é vista como inclusiva, onde todos/as os alunos/as têm as mesmas oportunidades, isto é, desenvolvem suas atividades de maneira crítica e consciente.

Outrossim, não é isso que ocorre segundo os dados citados pertinentes às agressões verbais e físicas que se desenrolam no ambiente escolar contra pessoas LGBTI+, contrapondo-se ao que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), lançados em 1997, que buscam transversalizar os conteúdos abordados em sala com os temas de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, e entre outros.

Diante disso, necessita-se ampliar a reflexão sobre uma proposta mais consistente para integrar o planejado no PPP, que muitas vezes oculta a realidade de sofrimento de muitas pessoas que não se enquadram na heteronormatividade ou cisnormatividade, mas não se pode esquecer a relevância das parcerias entre as famílias, as religiões e a escola.

<sup>119</sup> Grupo Gay da Bahia, 2017 p. 2.

## 2.2 Respeito às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos em sua diversidade

A Constituição cidadã de 1988, no artigo 3, apresenta os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que são:

I– construir uma sociedade livre, justa e solidária; II–garantir o desenvolvimento nacional; III–erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV–promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.<sup>120</sup>

Constam, portanto, no inciso IV a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A Constituição afirma o bem comum – de todos. Além do mais, a lei magna garante o direito de todos/as à educação, de acordo com artigo 205.<sup>121</sup> Portanto, todas as crianças e adolescentes brasileiros têm direito à educação. Neste contexto, lembra-se também que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD)<sup>122</sup> enfatiza a preservação e proteção da criança e do adolescente sobre quaisquer circunstâncias que lhes ofereçam riscos e/ou que seus direitos sejam violados e conferem à escola, à família e ao Estado o cumprimento das atribuições contidas nos artigos 1º,3º,4º,5º e 7º.<sup>123</sup>

Neste contexto, o ECRIAD entende as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, que necessitam ser protegidos. Eles têm direito à vida, saúde, alimentação educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Fica evidente e amparado por lei que qualquer criança ou adolescente não pode sofrer qualquer tipo de discriminação, abuso ou violência por sua orientação sexual, por questão de gênero ou de identidade. Então, cabe à escola, à família, à comunidade onde está inserida e ao Estado garantir seus direitos e protegê-los, pois os mesmos são indefesos perante as injustiças cometidas contra eles, necessitando de proteção e de respeito. Eles têm direito de se desenvolver integralmente. São cidadãos/cidadãs em desenvolvimento, sujeitos de direitos.

Desta forma, as questões relacionadas às relações de gênero, identidade de gênero e a orientação sexual devem ser discutidas e analisadas na perspectiva dos direitos humanos,<sup>124</sup> visto que nenhuma forma de preconceito, discriminação ou violência deve ser permitida

<sup>120</sup> BRASIL, 2016, p. 11.

<sup>121</sup> BRASIL, 2016, p. 123.

<sup>122</sup> ECRIAD – Usado para representar o Estatuto da Criança e do adolescente.

<sup>123</sup> Ver anexo II.

<sup>124</sup> BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 16.

dentro ou fora do ambiente escolar. A escola deve proporcionar um ambiente que não contribua à proliferação da intolerância, ou seja, um ambiente em que a diversidade seja vista como um fruto saboroso que valoriza e aproxima os envolvidos desse enredo enriquecendo-os cultural e mutuamente.

Os espaços escolares são instituições sociais, que muitas vezes substituem a família e com isso devem se posicionar de modo a promover mudanças de pensamentos e posturas dos/as alunos/as em relação à pluralidade cultural, desenvolvendo princípios éticos, e de respeito aos direitos humanos em perspectiva emancipatória. O objetivo é que as crianças e os adolescentes possam tornar-se cidadãos e cidadãs plenos, conscientes de seus direitos e seus deveres.

Quando as crianças chegam à escola, elas já trazem consigo as suas vivências e histórias familiares. Elas já têm assimilados alguns padrões de conduta. Trazem junto certos estereótipos que têm, tradicionalmente, caracterizado um menino e uma menina. Aqueles/as que agem diferente dos padrões estabelecidos considerados normativos sofrem muito. As crianças acabam cobrando umas das outras comportamentos e atitudes que, na assimilação do seu conhecimento, caracterizam um menino e uma menina. Mesmo que elas não tenham muita clareza sobre a dimensão e o significado dos conceitos.

As instituições escolares, a partir das propostas<sup>125</sup> inseridas no PPP, têm uma grande tarefa e um grande desafio. Elas necessitam ser propulsoras da transformação e do significado tradicional do que significa ser menino e menina, buscando uma educação que visa a plenitude do ser humano, rompendo com binarismos e dualidades. Se a escola não fizer isto, estará colaborando na formação de uma sociedade autoritária, onde a sedimentação da heteronormatividade e a hierarquia de gênero continuará a dividir o ser humano em subjetivo e objetivo, emocional e racional. Assim como vaticina a Constituição Brasileira e o ECRAD, a escola em parceria com a família, tem uma importante função no processo de ensino-aprendizagem. Depois da família, quem tem reproduzido a discriminação sexual e de gênero tem sido as denominações religiosas e as escolas, através dos seus currículos.

Torna-se imprescindível perceber que o ambiente escolar é formado por corpos humanos: são meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres, em sua diversidade, constituindo a estrutura básica – a humana – dos sistemas de ensino.<sup>126</sup> A prática educativa,

---

<sup>125</sup> Propostas esta que procurar atender a realidade da escola a partir dos problemas que afligem os/as alunos/as, como por exemplo, o preconceito devido a orientação sexual não normativa.

<sup>126</sup> ROZEK, Marlene. Aprender/não aprender e gênero. *Psicopedagógica*. Porto Alegre, v. 45, n. 17, p. 9-12, 1998. p. 12.

muitas vezes de forma oculta, cria expectativas de desempenho diferentes para meninos e meninas diante das mesmas atividades e tarefas. Segundo Guacira Lopes Louro

Nos nossos corpos, como mulheres ou homens, inscrevem-se formas diferentes de perceber, de se movimentar; formas diferentes - e geralmente opostas - de se comportar, de se expressar, de "preferir". Somos ensinadas/os e ensinamos a gostar de coisas diferentes, a "saber fazer" coisas diferentes, a sermos competentes ou hábeis em tarefas ou funções distintas. Essas preferências, habilidades e saberes conformam nossos corpos e os envolvem, expressando-se através deles. Através de múltiplas formas de disciplinarização, na escola e em outras instâncias, também ensinamos, aos meninos e meninas, a expressarem seus sentimentos e desejos de modos diferentes.<sup>127</sup>

O respeito às diferenças é fundamental, visto que as questões de gênero estão intimamente ligadas à “construção social”. Como tem-se refletido ao longo do trabalho, é importante reconhecer que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, e um deles é aprender o que se está sendo ensinado. Muitas vezes, elas mesmas sofrem, pois não se encontram dentro do “padrão normal”. A diferença não pode significar desigualdade. Nesse sentido, Paulo Freire aponta para a importância do diálogo na ação pedagógica:

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco torna-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.<sup>128</sup>

Professores e professoras são os mediadores do processo educativo sistemático e o diálogo é fundamental para a humanização das relações. Não se pode depositar ideias ou consolidar práticas como únicas e absolutas. O diálogo conduz para o questionamento das práticas culturais e religiosas, abrindo possibilidades para novas formas de entender as pessoas em sua diversidade sexual e de gênero. A inclusão da diversidade sexual é, segundo Fernando Seffnerum “campo de tensão” para alguns professores e professoras, por exemplo, “a aluna lésbica é uma sem-vergonha, e o jovem guei um abusador em potencial, e com isso não merecem ser incluídos. Eles deveriam primeiro mudar de comportamento, para então serem incluídos.”<sup>129</sup>

<sup>127</sup> LOURO, Guacira Lopes. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron da. *Reestruturação curricular: Teoria e prática no cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 172-181. p. 177.

<sup>128</sup> FREIRE, 1982, p. 79.

<sup>129</sup> SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 125-139. p. 127.

Como afirma o autor citado, o desafio da escola pública vai além da aceitação das diferenças, o compromisso maior é com a aprendizagem desses alunos/as, “pois a escola é lugar de aprendizagem, esta é a tarefa da escola e principalmente do professor, o profissional que lá está para organizar e avaliar a aprendizagem”.<sup>130</sup> Sem dúvida, a escola necessita ser repensada, pois ela foi e, muitas vezes, continua sendo local de exclusão. Também a escola e todos/as profissionais que nela trabalham necessitam mudar de atitude em relação à diversidade, pois esta não pode significar desigualdade e violência. Muitas vezes, a discriminação a crianças ou jovens LGBTI+ está ligada a outras discriminações como, por exemplo, classe social ou raça/etnia, religião, pessoas com deficiência, religião afro-brasileira, entre outras na “interseccionalidade do fenômeno discriminatório”.<sup>131</sup> Importante se faz afirmar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos em sua diversidade, favorecendo processos de diálogo, educando para o respeito e a construção de uma cidadania ética.

### 2.3 Escola como lugar e espaço para a construção da inclusão da diversidade sexual

Como se tem atentado, os estudos, as pesquisas e as reflexões sobre o sexo, gênero, corpo e sexualidade, infelizmente, ainda são poucos tematizados nas instituições escolares. Estes temas são abordados nas aulas de Biologia, em Português através de uma redação e uma vez por ano em projeto proposto no PPP. O diálogo sobre estes temas é bastante estreito. E isto tem a ver com os conteúdos que são privilegiados no currículo escolar em detrimento de outros temas que não são abordados. O conhecimento ainda é construído de forma dualista, como se ele não tivesse a ver com o corpo, a materialidade da vida dos/as estudantes. A construção do conhecimento precisa englobar as dores, sofrimentos, conflitos, diversidades. Tomaz Tadeu da Silva afirma que

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é

<sup>130</sup> SEFFNER, 2009, p. 128.

<sup>131</sup> RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-84. p. 59. “[...] a interseccionalidade da discriminação, isto é, a associação simultânea de múltiplas dinâmicas discriminatórias na realidade concreta de indivíduos e grupos. Também designada como “discriminação composta” ou “discriminação de cargas múltiplas” (CRENSHAW, 2002), a interseccionalidade da discriminação chama a atenção para o resultado da articulação das diversas discriminações, tais como raça, sexo, classe, orientação sexual e deficiência.”

autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja a identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.<sup>132</sup>

O currículo não é neutro, mas está implicado com relações de poder, transmitindo biografias, autobiografias. O currículo é documento de identidade, como menciona o autor, isto é, fala de lugares, de espaços, de histórias de vidas. Neste sentido, entende-se o currículo como um conjunto de decisões pedagógicas, saberes, aprendizagens oportunizadas no ambiente escolar, que envolvem perguntas como: o que ensinar, por que ensinar, como ensinar, como avaliar. A escola é um espaço importante para o ato educativo. Sacristán entende currículo como processo que envolve relações e questões. Não se pode esquecer também que os contextos culturais têm influência sobre os processos de ensino-aprendizagem. De acordo com Sacristán, é necessário se questionar constantemente quais são os objetivos que a educação necessita buscar, envolvendo toda a comunidade escolar.

Que objetivos, no nível de que se trate, o ensino deve perseguir? O que ensinar, ou que valores, atitudes e conhecimentos estão implicados nos objetivos? Quem está autorizado a participar nas decisões do conteúdo da escolaridade? Por que ensinar o que se ensina, deixando de lado muitas outras coisas? Trata-se da justificativa do conteúdo. Todos esses objetivos devem ser para todos os alunos/as ou somente para alguns deles? Quem tem melhor acesso às formas legítimas de conhecimento? Esses conhecimentos servem a quais interesses? Que processos incidem e transformam as decisões tomadas até que se tornem prática real? Como se transmite a cultura escolar nas aulas e como deveria se fazer? Já que a forma de ensinar não é neutra quanto ao conteúdo do ensinado]. Como inter-relacionar os conteúdos selecionados oferecendo um conjunto coerente para os alunos/as? Com que recursos metodológicos, ou com que materiais ensinar? Que organização de grupos, professores/as, tempo e espaço convém adotar? Quem deve definir e controlar o que é êxito e o que é fracasso no ensino? Como saber se houve êxito ou não no ensino e quais consequências têm sobre o mesmo as formas de avaliação dominantes? Como podem se mudar as práticas escolares relacionadas com esses temas?<sup>133</sup>

As perguntas necessitam fazer parte da filosofia de uma educação comprometida com a vida e elas necessitam estar presente no processo de ensino-aprendizagem, no currículo escolar. São as perguntas que incluem os sujeitos e constroem novos conhecimentos. Os currículos sejam explícitos/formais<sup>134</sup> ou ocultos<sup>135</sup> são também construções sociais. O

<sup>132</sup> SILVA, Tomas Tadeu Silva. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica 2002. p. 150.

<sup>133</sup> SACRISTÁN, José GIMENO. Currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: SACRISTÁN, Gimeno José.; GÓMEZ, Ângelo I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 119-147. p. 124-125.

<sup>134</sup> MELO, Fabíola Cristina; OLIVEIRA, Maria Betânia Pereira de; VERÍSSIMO, Melina Teixeira da Costa. Quais são as vozes do currículo oculto? *Evidência*, v. 12, n. 12, p. 195-203, 2016. p. 198. Disponível em: <<https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/506/485>>. Acesso em: 20 jul. 2019. "Por currículo formal entende-se tudo aquilo que foi contemplado no plano de ensino e aprendizagem, seus objetivos, seus conteúdos e atividades. Tudo aquilo que foi definido com fins de promoção da aprendizagem."

<sup>135</sup> SILVA, 2002. p. 78.



currículo tem história e interesses sociais e políticos, portanto está implicado com relações de poder, fortalecendo ou modificando visões de mundo e sociedade. Silva ao questionar-se sobre o que é o currículo oculto, afirma:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes. [...] Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista. Entre outras coisas, o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. [...]

Numa perspectiva mais ampla, aprendem-se, através do currículo oculto, atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à nacionalidade. Mais recentemente, nas análises que consideram também as dimensões do gênero, da sexualidade ou da raça, aprendem-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia.<sup>136</sup>

O currículo tem influência na forma como estudantes se assumem enquanto seres humanos e reagem frente à diversidade sexual. Em muitas escolas, as questões relacionadas à diversidade sexual só ganham destaque, adentram pela porta da frente, quando algum especialista profere alguma palestra ou há vínculo com programa de Educação Sexual no lugar onde a escola está inserida.

A nova Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo normatizar, bem como direcionar o que será ensinado no Brasil todo, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Vale salientar que a BNCC não é um currículo, mas tem a função de orientar a construção do mesmo levando em conta as especificidades metodológicas, sociais e regionais.

Em sua redação final, a BNCC omitiu termos como gênero, orientação sexual e diversidade sexual. O termo homossexual foi citado uma vez nos conteúdos propostos de História do nono ano do Ensino Fundamental e de forma genérica: “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.”<sup>137</sup>

Na nova BNCC não houve tratamento ou abordagem às minorias seja de sexo, raça/etnia, classe social, orientação sexual que vivem em lutas constantes para que seus direitos sejam respeitados. Infelizmente a BNCC, não incluindo a diversidade sexual e de gênero, afirma uma sociedade estritamente heteronormativa e cisgênera. Quando questionados

<sup>136</sup> SILVA, 2002, p. 78-79.

<sup>137</sup> BRASIL, 2017, p. 431.

sobre a omissão dos termos, o Conselho Nacional de Educação, afirmou que as discussões referentes aos Direitos Humanos e aos diversos tipos de discriminação estão contempladas nas competências gerais, especificamente nas competências 6,7,8,9 e 10 citados a seguir:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.<sup>138</sup>

Mediante o exposto é nítido que não há nenhuma abordagem clara, objetiva e específica em relação a diversidade sexual envolvendo as questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>139</sup> realizou uma pesquisa sobre “Perfil dos Professores Brasileiros”, entre os meses de abril e maio de 2002, em todos os estados brasileiros, em que foram ouvidos cinco mil professores entre profissionais da rede pública e privada, e foi constatado que 59,7% dos professores abominam seres humanos que possuem relações homoafetivas e 21,2% ainda alegaram que não gostariam de ter vizinhos homoafetivos.<sup>140</sup>

Nos dias atuais podem ser observadas discriminações no ambiente escolar em relação à diversidade sexual, por exemplo, nas “piadinhas”, nos desenhos das carteiras, nos banheiros, nos corredores e até mesmo nas aulas de educação física. Importante lembrar os movimentos sociais na luta pela visibilidade dos movimentos civis LGBTI+, os quais têm questionado a inclusão dos/as mesmas em todas as instâncias da sociedade. Estes grupos têm denunciado a violência, a religião, a educação, como instrumentos de exclusão.

<sup>138</sup> BRASIL, 2017, p. 9-10.

<sup>139</sup> UNESCO – Sigla que representa Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>140</sup> UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004. p. 144-146.

Portanto, as instituições escolares necessitam estar atentas para que alunos/as LGBTI+ sejam incluídos de forma plena no processo de ensino-aprendizagem. A escola necessita ensinar para a pluralidade. As discriminações de gênero e de sexo também se somam às de religião e da cor da pele. Também as religiões de matriz africana são perseguidas e mal faladas. Então, faz-se necessário recordar que:

O movimento gay começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento gay, mas outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam.<sup>141</sup>

A visibilização dos sujeitos LGBTI+ é recente e estão envolvidos com o movimento por sociedade democrática e cidadã. Todas as situações expostas anteriormente estão atreladas ao cotidiano destas pessoas, então a escola como uma instituição social que abriga grande parte desses cidadãos tem a “obrigação” de interferir, conscientizando as pessoas a respeito das diferenças bem como sua valorização.

A escola deve ser palco de assuntos relevantes que atingem as minorias, como as questões ligadas à diversidade sexual em que a rotulação heteronormativa ainda permanece fortemente, sejam nos ambientes familiares, na escola, no trabalho, na igreja, entre outros. A concepção de que a rotulação da heteronormatividade como soberana faz, muitas vezes, famílias procurarem especialistas como médicos, psicólogos, psiquiatras e cabe acrescentar as instituições religiosas para promoverem sessões de libertação quando seus filhos e filhas não cabem nos padrões heteronormativos patriarcais.

É importante a escola trazer à memória a luta das minorias, entre estas o movimento civil LGBTI+. No ano de 1997 na cidade de São Paulo ocorreu a primeira parada LGBTI+ com perspectivas de mostrar para a sociedade sua existência, com metas de iniciar políticas públicas que acolhessem e dessem suporte a comunidade LGBTI+ de forma que os mesmos pudessem ter seu lugar na sociedade e mostrar que as relações interpessoais podem ser harmônicas perfazendo uma troca de saberes entre as diferentes culturas baseados no seu contexto social. Ainda no mesmo contexto

Em 2004, o “Programa Brasil Sem Homofobia” foi lançado a partir de uma série de discussões entre o governo federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

<sup>141</sup> FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 105-115, 2004. p. 105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>> 2006. Acesso em: 25 jul. 2019.

transexuais (LGBTTT) a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas.<sup>142</sup>

Percebe-se a partir dos acontecimentos entre a primeira parada gay em 1997 em São Paulo até o ano de 2004 uma crescente evolução nos direitos que envolvem o grupo LGBTI+, enfatizando assim a necessidade de uma sociedade mais igualitária proporcionando oportunidades na promoção da cidadania evitando conflitos discriminatórios e homofóbicos. Cabe aqui agregar uma informação para enfatizar a importância de uma sociedade mais humana e justa. Em 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ)<sup>143</sup>, efetivou a adoção de duas crianças a um casal de lésbicas no Rio Grande do Sul.<sup>144</sup> Em 24 de maio de 2019, o Supremo Tribunal Federal, decidiu que homofobia é crime no Brasil, igualando a crime de racismo.<sup>145</sup> De acordo com Renan Antônio da Silva:

A implementação e avaliação dos programas de políticas públicas contra a homofobia atendem ao dispositivo constitucional e garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças. Não se concebe à luz do estado democrático de direito que ainda existam sociedades que pratiquem fomentem ou se omitam em relação aos crimes de ódio que vêm dizimando membros de sua sociedade, relegando-lhes a um segundo plano, empurrando -os para um armário sombrio onde muitos vivem durante toda a vida com medo da discriminação, privados do maior de todos os direitos dados ao ser humano: a felicidade.<sup>146</sup>

A escola necessita trabalhar no seu currículo a teoria *queer*, isto significa, não somente incluir os diferentes, mas “[...] questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que definem, antes de mais nada, o que é correto e o que é incorreto, o que é moral e o que é imoral, o que é normal e o que é anormal.”<sup>147</sup> Portanto, é necessário perguntar-se por aqueles/as que estavam excluídos/as. Todo trabalho desenvolvido no contexto da escola deve respeitar as disparidades sejam elas sociais, econômicas ou culturais, levando em conta as particularidades locais.

Pelos motivos citados é que se faz necessário abordar as questões da diversidade sexual e de gênero, pois o grito por socorro das crianças/adolescentes com problemas ligados

<sup>142</sup> SILVA, Renan Antônio. Ser homossexual em uma escola inclusiva: a investigação das dificuldades vividas pelos homossexuais em seu percurso de vida educacional. *Revista Humanidades e Inovação*. v. 5, n. 4, p. 160-181, 2018. p. 164-165. Disponível em: <<https://bit.ly/2CvbzJ7>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

<sup>143</sup> STJ – Sigla de Supremo Tribunal de Justiça.

<sup>144</sup> SILVA, 2018, p. 165.

<sup>145</sup> COELHO, Gabriela. Supremo aprova equiparação de homofobia a crime de racismo. *Revista Consultor Jurídico* [S.l.], 10 jun. 2019. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>146</sup> SILVA, 2018, p. 179.

<sup>147</sup> SILVA, 2002, p. 108.

à orientação sexual, bem como, as suas identidades de gênero, são notórios, logo, não deixam de ser problemas sociais. Afirmar as identidades plurais é um ato político necessário para uma escola cidadã e ética. Essas discussões no ambiente escolar devem ir além do limite da escola uma vez que esses problemas perpassam os muros escolares, pois estão na base da formação do indivíduo. Mudanças de atitudes podem acontecer e para isto são necessários diálogos francos e abertos e a denúncia das violências e dos preconceitos. É necessário não se calar. A mediação pedagógica do/a professor/a é fundamental no processo de empoderamento de alunos/alunas LGBTI+. Vale ressaltar o que afirma Hoffmann.

Somos diferentes. Essa é a nossa condição humana. Pensamos de jeitos diferentes, agimos de formas diferentes, sentimos com intensidades diferentes. [...] A questão não é se queremos ou não ser diferentes. Mas que, como seres humanos, nossa dignidade depende substancialmente da diversidade, da alteridade, porque precisamos garantir o caráter subjetivo de nossa individualidade.<sup>148</sup>

Se não forem incluídas nas orientações educacionais, no PPP, e no currículo escolar abordagens claras a respeito da identidade de gênero, diversidade sexual, entre outras, sua inclusão de fato nunca ocorrerá, visto que, a escola ainda não abdicou de suas raízes heteronormativas.

O que queremos não é o simples acesso à educação. A diferença entre acesso e inclusão é enorme. As estratégias de inclusão implicam ações de acolhida e verdadeiro interesse em conhecer quem são os novos públicos de alunos que passaram a ter acesso à escola. Pelo conhecimento destes variados perfis, suas questões e seus problemas, suas necessidades de conhecimentos, os professores e as professoras, que detêm autonomia pedagógica, devem elaborar outros programas e diretrizes para o ensino. Não se trata de jogar fora o que vem sendo tradicionalmente ensinado, mas sim de pensar a inclusão de diversos temas e questões trazidos pelos novos tempos, e de indagar-se sobre o que deve ser mantido. Não é um “modismo” de ficar simplesmente mudando programas e currículos; é uma discussão necessária de ser feita, de tempos em tempos, quando a escola se indaga acerca da pertinência dos conteúdos que ensina.<sup>149</sup>

Dessa forma, cabe à escola absorver, debater as questões da vida cotidiana e dos sujeitos que dela fazem parte. Os temas que envolvem a diversidade sexual e de gênero podem ser tratados através da pedagogia de projetos, incluindo diferentes conteúdos e componentes curriculares. O tema também necessita ser abordado nas reuniões de pais/responsáveis a fim de conscientizar sobre as possíveis discriminações. Já não se pode mais fechar os olhos às diferenças, sejam elas sexuais, sociais, religiosas econômicas ou culturais.

<sup>148</sup> HOFFMANN, Jussara. *O jogo do contrário em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 39.

<sup>149</sup> SEFFNER, 2009, 134.

O desafio de tornar-se uma escola inclusiva é estar aberta ao reconhecimento do inacabamento do ser humano e às transformações sociais e culturais. A sala de aula necessita transformar-se em um espaço pedagógico de reflexão, estudo e pesquisa para ampliação da visão e para a construção de conhecimentos que incluem todos e todas, objetivando espaços sociais mais democráticos, cidadãos e éticos.

Neste íterim, para que isso se efetive, as questões que permeiam a diversidade sexual devem ser contempladas no PPP, uma vez que a escola acolhe indivíduos com diferentes identidades. Como espaço democrático, faz-se necessário refletir, discutir e desenvolver ações, que devem estar conectadas com o currículo. Assim, o planejamento, a *priori*, deve ocorrer de forma coletiva e transdisciplinar, agregando projetos que envolvam a comunidade, tornando-a atuante no ambiente escolar.



### 3 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Optou-se neste capítulo por realizar uma pesquisa de campo em um colégio da rede estadual de ensino que contempla os anos finais do ensino fundamental, ensino médio regular, ensino médio em empreendedorismo e educação de jovens e adultos. Esta Instituição de ensino pertence à rede estadual do Estado do Rio de Janeiro. O nome do Colégio neste trabalho será chamado de Colégio X<sup>150</sup>, o mesmo está localizado na cidade de São José de Ubá, uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro, na qual as pessoas sobrevivem em função da criação de gado, plantio de tomate e do pequeno comércio local.

Na pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por 19 perguntas fechadas e abertas, que foi aplicado no dia 23 de setembro de 2019. A pesquisa foi realizada com os/as alunos/as do Ensino Médio regular, num total de 81 entrevistados do turno matutino (turmas 1001, 1002, 2001, 2002 e 3003). A aplicação do questionário não contou com a presença do pesquisador para que de alguma forma a pesquisa não fosse influenciada, visto que os professores que aplicaram não têm relação com a pesquisa.

Buscou-se, através do questionário, verificar e identificar como os/as alunos/as lidam com as questões permeadas pela diversidade sexual no ambiente escolar bem como analisar as concepções e posturas dos/as alunos/as em face de sua formação ou embasamento religioso cristão. A relevância do ponto de vista da religião neste contexto se justifica pelo fato de a religiosidade estar intimamente ligada ao povo brasileiro. Vale acrescentar que o Brasil é uma das nações mais religiosas do mundo, assim sendo, cabe ressaltar a importância da religião no campo da Educação.<sup>151</sup>

O presente trabalho buscou propor a hipótese a partir da pesquisa bibliográfica, pois isso possibilita uma visão geral do trabalho, bem como entender e compreender a hipótese de forma significativa.<sup>152</sup> Para posteriormente poder confrontar os dados obtidos<sup>153</sup> na pesquisa de campo e tecer as considerações finais, podendo a pesquisa de campo corroborar a pesquisa bibliográfica ou não.

---

<sup>150</sup> Utiliza-se Colégio X para manter o anonimato da Instituição de Ensino bem como a privacidade dos envolvidos na pesquisa.

<sup>151</sup> RUIC, Gabriela. Os 20 países mais religiosos do mundo. *EXAME*, [S.l.]: Abril, jun. 2016, Mundo, [s.p.]. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/os-20-paises-mais-religiosos-do-mundo-e-os-20-menos>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

<sup>152</sup> LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 34.

<sup>153</sup> Os dados obtidos nas entrevistas podem ser consultados no link disponível no Anexo na página 92.

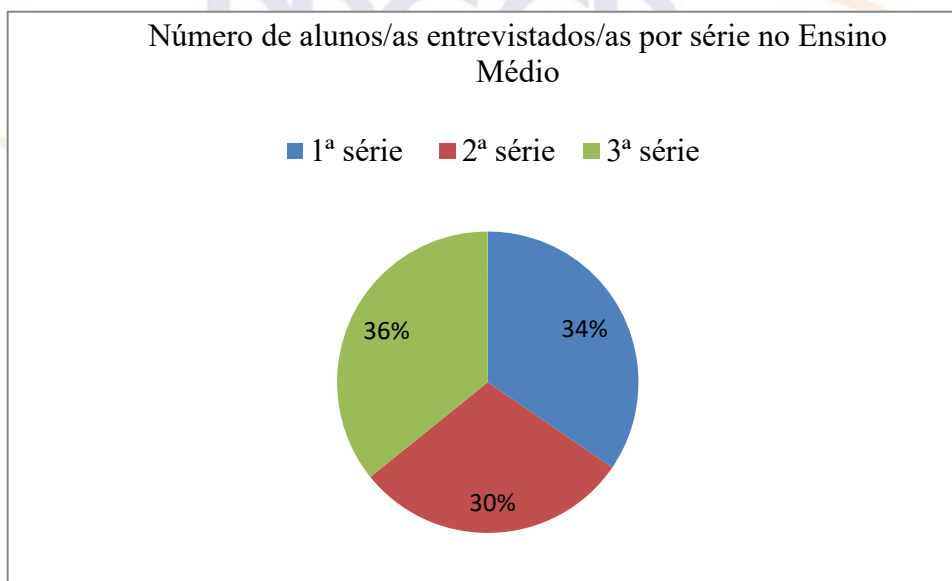
### 3.1 Pesquisa com alunos/as do Ensino Médio: levantamento e análise dos dados

O questionário semiestruturado (questões abertas e fechadas) foi elaborado sob a mediação da orientadora, enviado e tido como apto pela Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade Unida e entregue pelo próprio autor do trabalho aos professores que o aplicaram nas turmas de ensino médio.<sup>154</sup>

Acrescenta-se que não houve resistência por parte de qualquer aluno/a em responder ao questionário, lembrando que neste processo não há respostas certas ou erradas, mas sim subsídios que podem ou não confirmar a hipótese de trabalho. Ressalta-se mais uma vez que a proposta da pesquisa é verificar a relação da diversidade sexual no ambiente escolar, levando em consideração o aspecto religioso cristão.

O gráfico 2 permite ratificar que alunos/as da pesquisa estão realmente cursando ensino médio.

Gráfico 2: Número de alunos/as entrevistados/as por série no Ensino Médio<sup>155</sup>

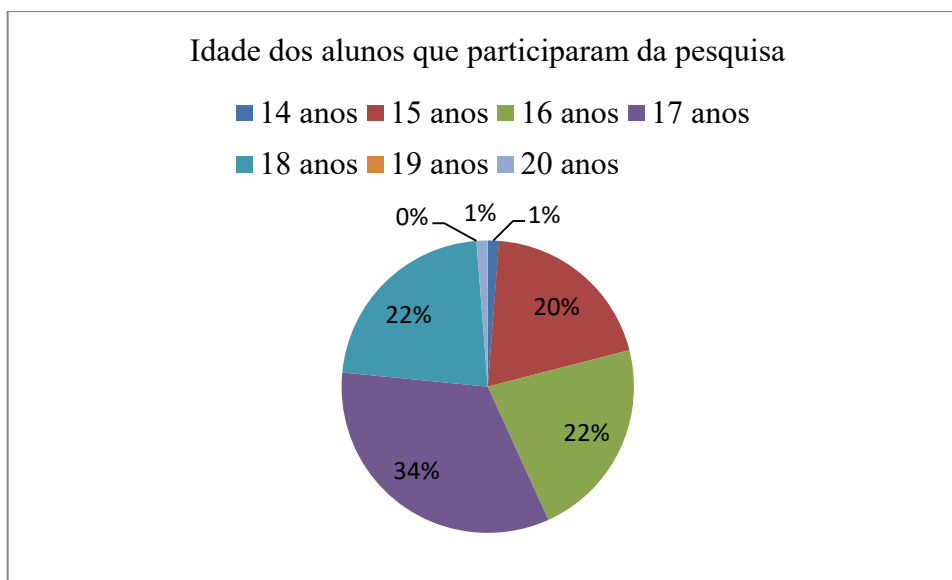


O gráfico 2 possibilita visualizar que a quantidade de alunos/as por série não é discrepante, embora haja uma concentração maior de alunos/as na 3ª série do ensino médio, mesmo sendo uma única turma do turno matutino.

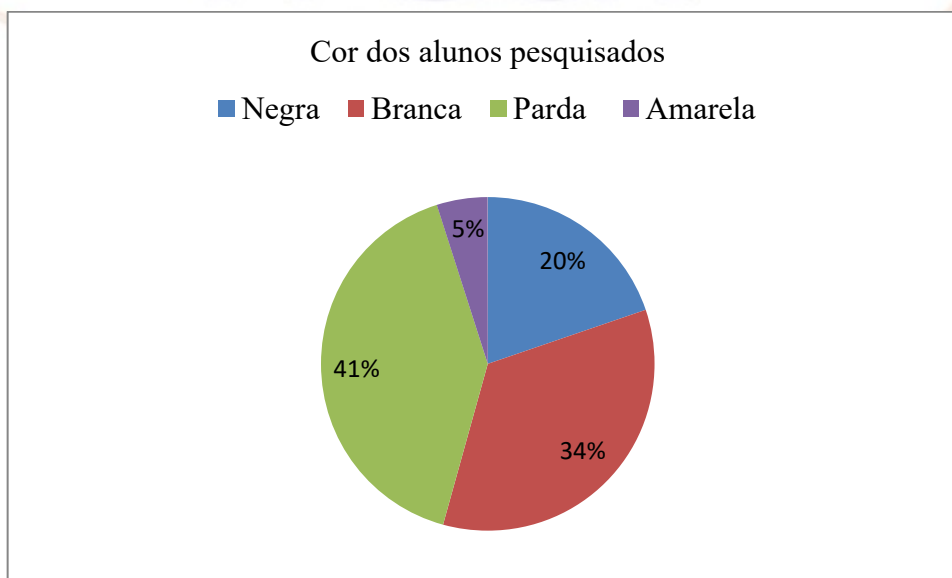
<sup>154</sup> Enfatiza-se, pois é importante que o autor não interfira nas respostas dos/as alunos/as.

<sup>155</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.



Gráfico 3: Idade dos/as alunos/as que participaram da pesquisa<sup>156</sup>

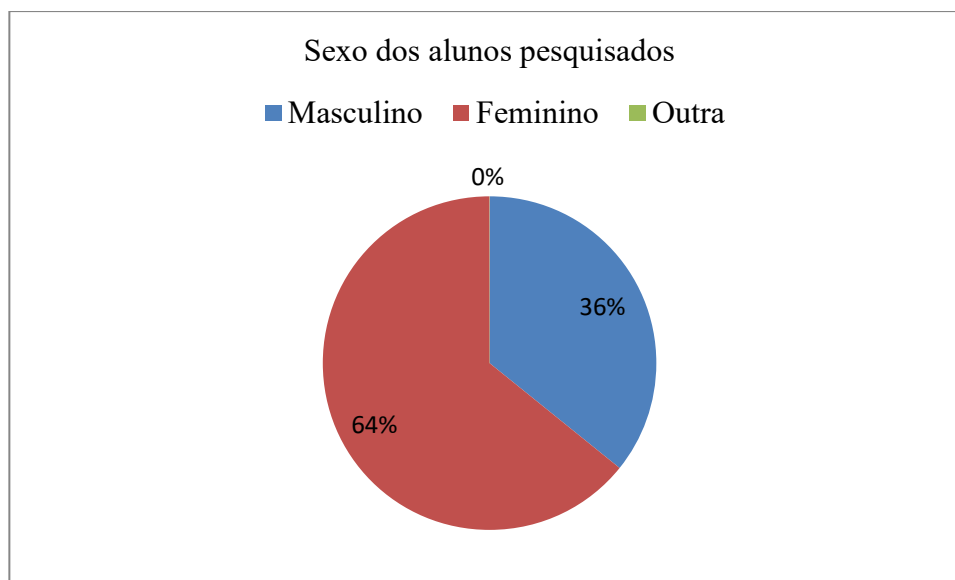
O gráfico 3 permite verificar uma variação de idades de 14 a 20 anos, predominando os/as alunos/as com idades de 17 anos. Entretanto, essa variação de seis anos não impactou no teor das respostas.

Gráfico 4: Cor dos/as alunos/as pesquisados/as<sup>157</sup>

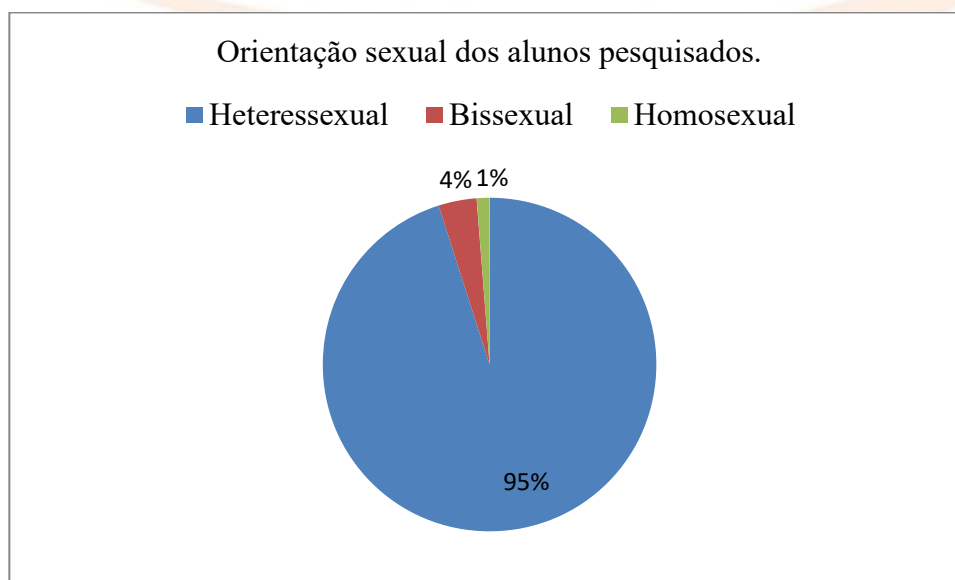
Analisando a representação do gráfico 4 percebe-se que a cor dominante é o pardo (41%) seguido da cor branca (34%).

<sup>156</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

<sup>157</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 5: Sexo dos/as alunos/as pesquisados/as<sup>158</sup>

Observando o gráfico 5 nota-se que o sexo feminino é predominante nesta pesquisa, mas pode-se dizer que as respostas dos meninos se igualam em relação ao respeito e aceitação de pessoas LGBTI+ no ambiente escolar, demonstrando que os paradigmas de uma sociedade heteronormativa patriarcal vêm sendo desmistificados pela nova geração.

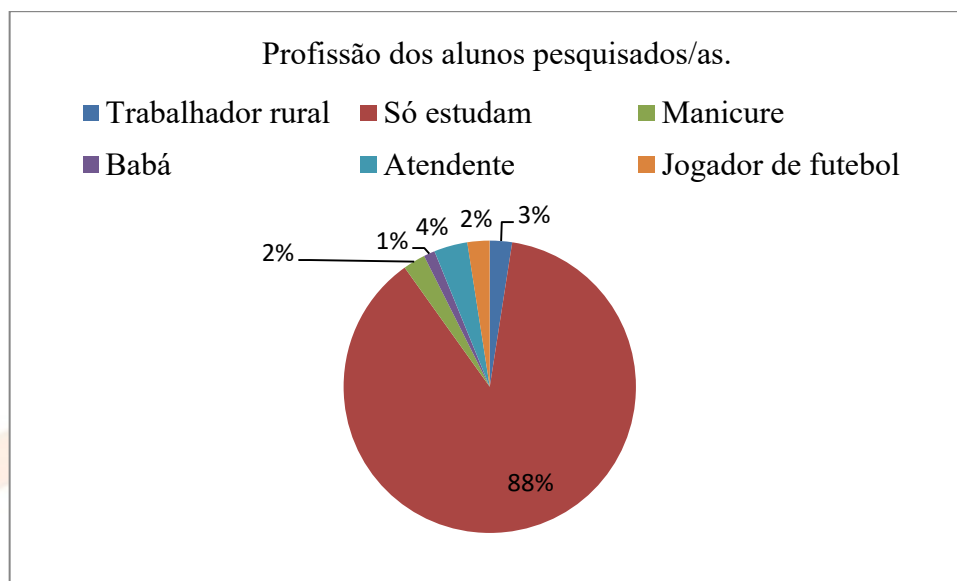
Gráfico 6: Orientação sexual dos/as alunos/as pesquisados/as<sup>159</sup>

<sup>158</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

<sup>159</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

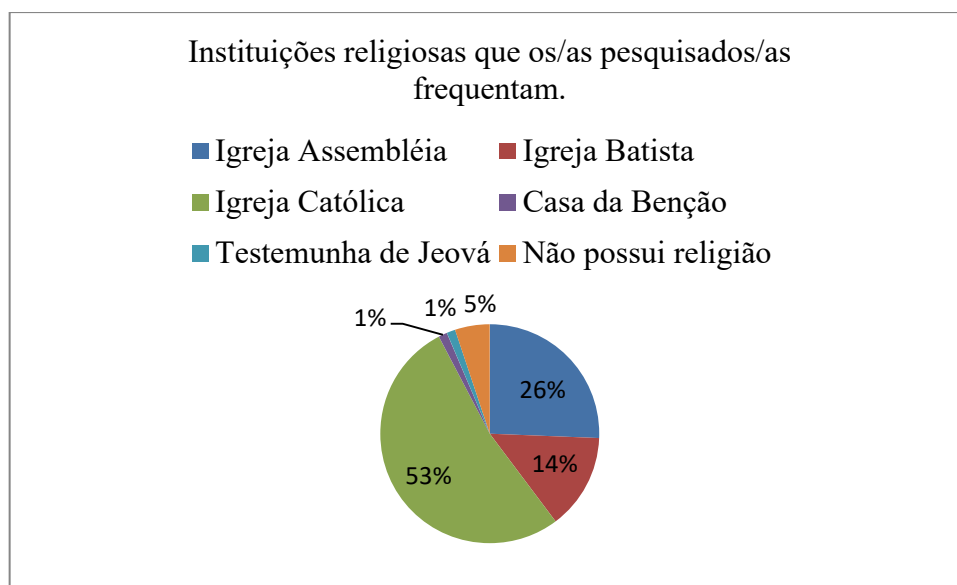
O gráfico 6 permite analisar os entrevistados em relação à orientação sexual, e é interessante perceber como é exorbitante a porcentagem de entrevistados que se consideram heterossexuais em relação a bissexualidade e a homossexualidade, prevalecendo no rol pesquisado a heteronormatividade.

Gráfico 7: Profissão dos/as Alunos/as pesquisados/as<sup>160</sup>



A representação do gráfico 7 mostra que a maioria dos entrevistados são apenas estudantes (88%).

Gráfico 8: Instituições religiosas que os/as pesquisados/as frequentam<sup>161</sup>

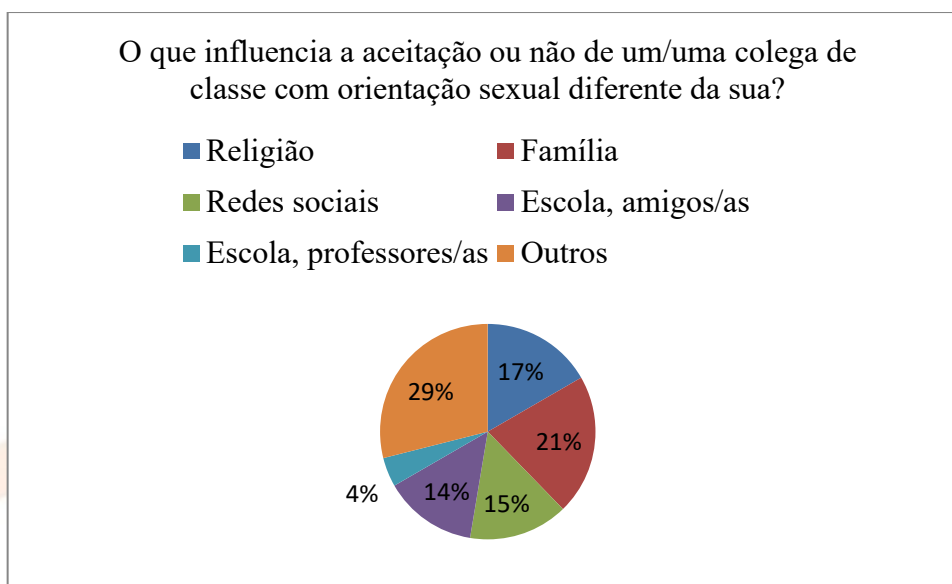


<sup>160</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

<sup>161</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 8 está em consonância com a pesquisa do IBGE, pois evidencia a predominância do cristianismo, em particular o segmento católico que supera o somatório de todos os outros segmentos.

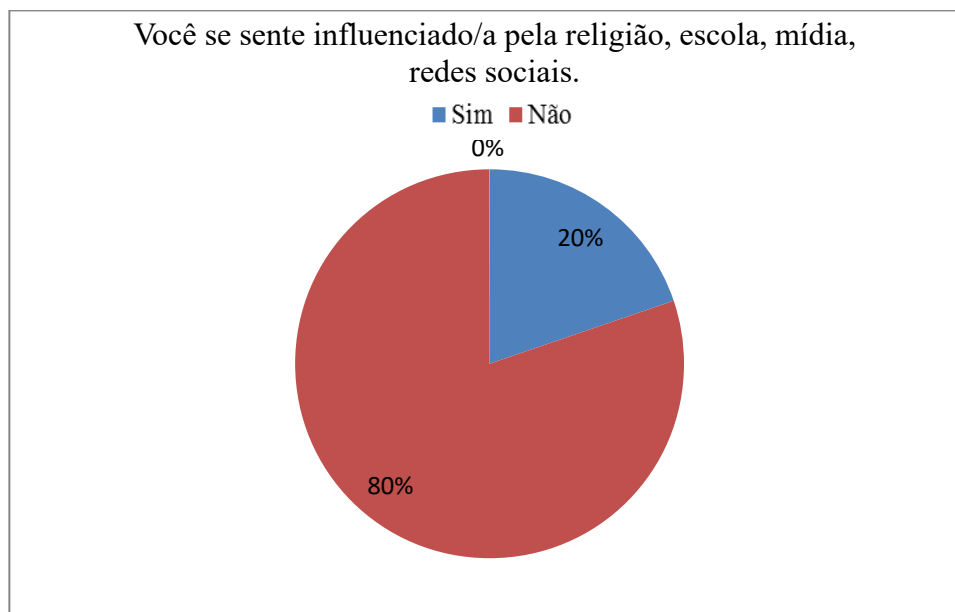
Gráfico 9: O que influencia a aceitação ou não de um/uma colega de classe com a orientação sexual diferente da sua? <sup>162</sup>



O gráfico 9 deixa nítido que não é a religião, nem a família, nem tão pouco as redes sociais e os amigos de classe, por exemplo, que interferem em suas opiniões acerca da orientação sexual do colega da escola. Assim, sua opinião é uma construção pessoal fundamentada no respeito.

Dando sequência a pesquisa, outra pergunta, um tanto, “capciosa” foi feita aos/as alunos/as para destacar se a religião, escola, mídia e redes sociais seriam ou não fatores que influenciam os/as alunos/as.

<sup>162</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 10: Você se sente influenciado/a pela religião, escola, mídia e redes sociais? <sup>163</sup>

Desta forma, verifica-se no gráfico 10 que a religião, a escola, as redes sociais e a mídias não são fatores que influenciam decisivamente na opinião dos/as alunos/as sobre a aceitação ou a rejeição de colegas de classe com orientação sexual diferente da dos respondentes.

A questão oito do questionário leva o entrevistado a expressar sua opinião, bem como sua forma de agir, caso descubra que um amigo ou uma amiga tem a orientação sexual diferente dá sua e com isso sofra discriminação ou bullying. Em resposta, a maioria expressa indignação quando se depara com a falta de respeito ao próximo por ter a orientação sexual diferente e acrescenta que faria intervenções, e caso esse fato ocorresse na escola, procuraria a direção para que a mesma tomasse providências. Contudo, se ocorresse em outro ambiente, procurariam os pais ou responsáveis, mas sempre tendo em foco a questão do respeito ao próximo, como pode ser comprovado por alguns relatos a seguir.

Aluno 8: “Eu daria todo apoio, pois não me afetaria, além da pessoa está sendo feliz do jeito dela”.

Aluno 9: “Primeiro eu iria conversar com essa pessoa, falar para ela sempre vai poder contar comigo pro que der e vier e que eu o amo do jeito que for e estarei lá para apoiar-lo e defende-lo sempre, nem que eu caia na porrada para isso”.

Aluno 11: “Comunicaria ao professor”.

Aluno 42: “Eu tentaria ajudar a pessoa, dizendo que não importa seu sexo, o importante é ela ser feliz”.

Aluno 48: “Eu ajudaria de forma qualquer pessoa sensata agiria, não iria fazer bullying ou discriminando por causa de sua orientação sexual”.

<sup>163</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

Aluno 74: “Procuraria conversar com ele, para saber como isto esta ocorrendo, conversar com sua família e procurar as autoridades necessárias para cuidar do que está ocorrendo”.

Os 81 relatos dos/das alunos/as enfatizam a necessidade de haver respeito pelo outro. E o mais relevante é que nenhum deles cita que aconselharia o colega a procurar um psicólogo. Assim, vale ratificar que é expressamente proibida a interferência de um psicólogo com o objetivo de tentar reverter a questão da homossexualidade. A função dele será sempre a de aconselhar para que o homoafetivo se sinta inserido ativamente na sociedade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.<sup>164</sup>

Então, dando prosseguimento a esse contexto, os psicólogos ao atenderem um LGBTI+, devem ter a concepção de que o ser, ali presente, seja visto e tratado como qualquer ser humano, independente de sua orientação sexual, e sua abordagem deve ser de forma que o mesmo compreenda sua homoafetividade como irreversível. No entanto, muitos dos homoafetivos ao procurarem aconselhamento profissional, tendem a querer reverter sua orientação sexual para se sentirem incluídos na sociedade heteronormativa.

A educação básica, fase em que o/a aluno/a recebe uma formação para a vida e o mercado de trabalho, precisa levar o/a aluno/a a perceber que os seres humanos vivem em sociedade, por isso, dependem de uma boa relação como o próximo. Para corroborar cabe citar o artigo 2ª da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) que diz “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.<sup>165</sup>

A questão 9 indaga se o/a aluno/a se sentiria incomodado/a ou constrangido/a em estudar em uma classe com uma pessoa de orientação sexual diferente da sua. Em resposta, foram unânimes, ou seja, 100% dos entrevistados não veem nenhum problema ou incômodo. O mesmo efetivou-se na pergunta 10 que foi enfática ao questionar se a sexualidade do/a

<sup>164</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CPF Nº 01/99 de 22 de março de 1999. Brasília: [s.n.], 1999. [s.p.]. [s.p.]. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

<sup>165</sup> BRASIL, [Lei nº 9.394 (1996)]. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1996. [s.p.]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

aluno/a pode sofrer influência quando este estuda com uma pessoa de orientação sexual diferente da sua e, como já foi dito, 100% afirmaram que não há interferência alguma.

Sobre isto se destacam alguns depoimentos:

Aluno 1: “Não, pois cada um de nos possui característica diferentes dos demais e não devemos nos incomodar com isso”.

Aluno 8: “Não, porque muitas vezes as pessoas homossexuais são mais legais que qualquer pessoa”.

Aluno 43: “Não, pois tenho respeito ao próximo”.

Aluno 50: “Não me incomoda.”

Aluno 52: “Não, porque somos todos iguais, independente de cor, gênero, etc.”

Aluno 60: “Não, porque independente da orientação sexual, todos somos iguais e devermos ser tratados com respeito”.

Já a questão 11 indaga se caso eles (as) tenham um professor (a) com a orientação sexual diferente da sua, isso poderia influenciar no processo de ensino e aprendizagem, e mais uma vez foram enfáticos (100%) em dizer que já tiveram professores e que isso não atrapalha em nada o processo de construção de conhecimento, bem como sempre tiveram uma relação harmoniosa com os mesmos. Seguem alguns relatos:

Aluno 10: “O conhecimento dela é importante, e a orientação dela não vai me atrapalhar de maneira alguma.”

Aluno 38 “A questão da vida pessoal, não tem nada haver com a área do trabalho.”

Aluno 64: “Não influencia no meu aprendizado.”

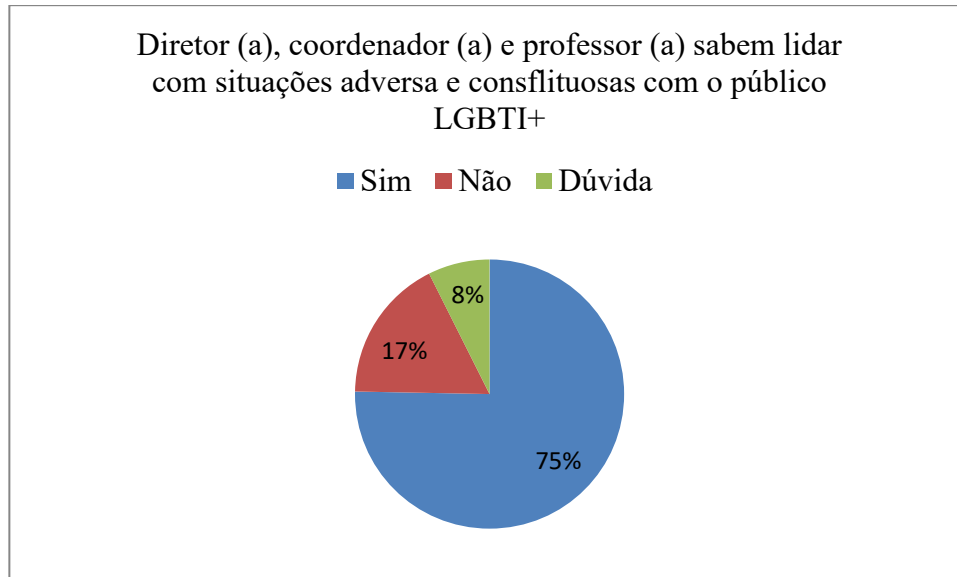
Aluno 74: “Não, estamos na escola para aprender, e se o professor esta passando seu conhecimento, não cabe a mim julga-lo, já que faz o seu trabalho.”

Aluno 81: “Não, fiz minha escolha e nada pode mudar isso.”

Vale ressaltar que os/as alunos/as deixam claro que o que importa é o teor do conteúdo que o professor aborda durante as aulas, ou seja, a sequência didática, inclusive um/a aluno/a citou o currículo mínimo proposto para todas as escolas do estado do Rio de Janeiro.

As respostas da pergunta 12 estão representadas no gráfico 11, cujo questionamento foi se o professor (a), coordenador (a) e o/a diretor (a) da escola saberiam lidar com as situações adversas e conflituosas que podem ocorrer com os/as colegas LGBTI+.

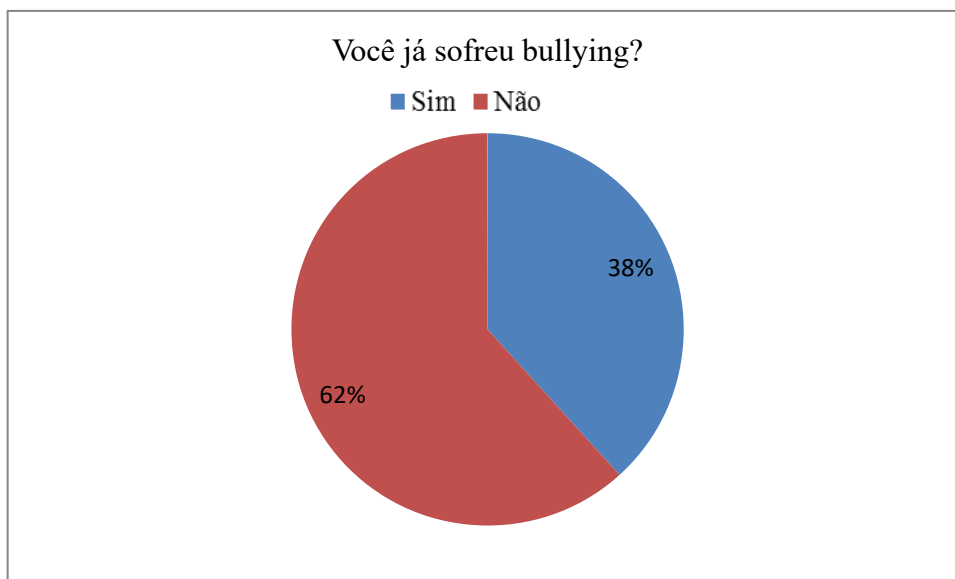
Gráfico 11: Diretor/a, coordenador/a e professor/a sabem lidar com situações adversas e conflituosas com o público LGBTI+<sup>166</sup>



Observa-se que 17% dos/as alunos/as concordam que o professor/a, coordenador/a e o/a diretor/a teriam certa resistência/dificuldade em lidar com situações conflituosas em sala de aula ou no ambiente escolar e 8% têm dúvidas quanto à capacidade deles/as de lidarem com essas situações.

Relevante é questionar aos/as entrevistados/as se já sofreram bullying no ambiente escolar, mesmo não sendo foco desta pesquisa, mas por se tratar de um tema emblemático. Assim, cabe observar.

Gráfico 12: Você já sofreu bullying?<sup>167</sup>




<sup>166</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.



Entre os 38% que sofreram *bullying*, os motivos foram: racismo, obesidade, ser muito magro, morar na zona rural, dentes tortos e a orientação sexual, sendo o último citado somente uma vez. Dentre tantos relatos o que chamou a atenção do pesquisador foi: “Sim, me chamavam de feia, de Maria macho por ser bruta e gostar de brincar de carrinho mais nem por isso sou lésbica”.

Esta estatística permite que se olhe com mais atenção aos padrões impostos ou reproduzidos ao longo dos anos no ambiente escolar, visto que vários/as alunos/as com problemáticas diferentes, entre as quais, destacam-se questões homoafetivas que não se enquadram no modelo imposto pela sociedade heteronormativa patriarcal, principalmente quando se abordam situações que envolvam os paradigmas sobre a sexualidade e as barreiras que permeiam a diversidade sexual. Assim,



Problematiza-se que a escola possui potenciais para se tornar um fator de proteção ao adolescente homossexual. Para tanto, são necessárias mudanças paradigmáticas no sistema educacional, que não contempla apenas a experiência escolar, mas também a formação dos professores e as políticas públicas. A escola, quando vivenciada como território propício para a socialização, aprendizado, reflexão e construção da identidade, não somente impede que o adolescente homossexual seja agredido de diversas formas trazendo prejuízos à sua saúde, mas também promove a operacionalização do discurso da não violência e da formação para a cidadania. Transformar a realidade que possuímos é um desafio aos diversos profissionais que atuam na educação, mas que não exime de responsabilidade outras áreas, como a saúde, uma vez que se concebe a violência, a homofobia, como problemática complexa, multideterminada, determinante no processo saúde-doença de nossos adolescentes, e que exige respostas intersetoriais alicerçadas na defesa pelo desenvolvimento humano saudável e pela vida.<sup>168</sup>

Desta forma, o professor (a), coordenador (a) e o/a diretor (a) devem ficar mais atentos às questões ligadas ao gênero e à diversidade sexual que, para muitos, são tabus a serem quebrados ou desmitificados que dependendo da forma como são tratados podem acarretar sérios problemas para a vida pessoal e acadêmica do/a aluno/a.

Os estudos apontaram para a dificuldade dos professores em trabalhar com estas questões dentro da escola. Alguns, muitas vezes, simplesmente ignoram situações de homofobia que presenciam entre seus alunos ou até mesmo são coniventes com esse tipo de prática, atribuindo seus preconceitos e juízos pessoais ao ensino. A formação de professores, tema recorrente nos debates nacionais, precisa contemplar estes aspectos, tanto para que eles tenham recursos para lidar com situações de

<sup>167</sup> Gráfico construído pelo autor mediante a pesquisa de campo, 2019.

<sup>168</sup> NATARELLI, Taison Regis Penariol; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; SILVA, Marta Angélica. A violência contra adolescentes homossexuais nas escolas. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCARE, 11., 2013, Curitiba: PUC-Paraná, [s.d.], p. 28876-28885. p. 28884. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8708\\_4618.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8708_4618.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

homofobia, como para promoverem o respeito à diversidade sexual entre os alunos.<sup>169</sup>

A questão de número 13 leva o/a aluno/a a se posicionar perante uma situação de preconceito sofrida por uma pessoa LGBTI+ em ambientes escolares, familiares, religiosos, nas ruas, em outros locais públicos ou privados. Seguem alguns depoimentos:

- Aluno 19: “ Que devemos respeitar, pois não é fácil ter que assumir.”  
 Aluno 38: “ Acho que é uma situação ridícula a pessoa preconceituosa, gente Deus deu livre a arbitrio então quem tem que tomar decisão da nossa vida é a gente e amar o próximo independente da sua escolha.”  
 Aluno 59: “ Eu acho errado pois somos todos iguais e as pessoas tem que ter respeito e saber lidar com as pessoas LGBTI.”  
 Aluno 63: “ Tendo ajudar, pois acho que são pessoas que além de ter sua orientação diferente, tem direito a conviver socialmente.”  
 Aluno 79: “ Eu fico muito magoada, porque ele é um ser humano e só optou pela orientação diferente.”

Enfatiza-se que mesmo o/a aluno/a que não concorda, insiste na questão do respeito à pessoa humana não compactuando com nenhuma forma de discriminação.

A pergunta 14 leva o/a aluno/a a se posicionar sobre a não aceitação das pessoas LGBTI+ nas instituições religiosas de tradição Cristã. Alguns concordam em não aceitarem, dizendo ser uma forma de respeito a Deus, visto que Deus criou o homem e a mulher; outros discordam uma vez que a sexualidade não deveria ser fator de empecilho para qualquer ser humano que deseja professar sua fé.

- Aluno 13: “Na Bíblia diz que homem foi feito para mulher e que mulher para homem, eu não apoio a pratica, porém não julgo e não discrimino ninguém, não é só porque eu tenho um amigo LGBTI que vou parar de aceitar ele, acolheria mais ele”.  
 Aluno 18: “Acho isso uma falta de respeito. Eles são seres humanos igual a qualquer outro.”  
 Aluna 41: “Acredito que mesmo tendo ideias distintas devemos respeitar as escolhas de cada um, seja dentro ou fora de alguma instituição.”  
 Aluna 61: “Eu acho que as pessoas devem sim aceitar na igreja pois acolher o próximo sendo ou não diferente é o certo e respeitar”.  
 Aluno 81: “Eu sou católica mas tenho minhas próprias ideias. Deus ama a todos independente da orientação sexual”.

Como você acha que a Igreja deve tratar as pessoas LBGTI+? Por que você entende dessa forma? Estas indagações estavam contidas na pergunta de número 15. E os relatos foram surpreendentes. Disseram que devem ser tratados com respeito e amor visto que cada indivíduo tem sua forma de ser e pensar. Destacam-se alguns relatos:

<sup>169</sup> NATARELLI; OLIVEIRA; SILVA. 2013. p. 8.

Aluno 13: “A igreja não apoia isso, porém não exclui essas pessoas, devemos amar elas mesmo assim”.

Aluno 38: “As igrejas tem que aceitar, pois quem somos nós para julgarmos e da orientação da palavra de Deus”.

Aluno 50: “Da mesmo forma que trata as outras pessoas porque elas são seres humanas como todo mundo”.

Aluno 59: “Normal, com os mesmos direitos das outras pessoas, pois somos todas iguais”.

Aluno 81: “Deve tratar todas como iguais, pois somos iguais”.

O questionamento de número 16 propõe que o/a aluno/a responda se na sua comunidade religiosa há pessoas LGBTI+ e se elas são acolhidas, justificando sua resposta seja para sim ou para não, que podem ser verificadas em alguns relatos a seguir. Segundo os respondentes não há pessoas LGBTI+ em suas denominações religiosas, outros disseram que eles são bem aceitos e que são tratados igualmente entre os membros e talvez o mais reflexivo tenha sido o depoimento do/a aluno/a 8 que diz que na igreja da qual participa não existem formas diferenciadas de tratamento quando se trata de sexualidade.

Aluno 13: “São aceitas e acolhidas porque devemos amar e não julgar”.

Aluno 23: “Somos acolhidas como qualquer outra pessoa”.

Aluno 36: “São aceitas como todas, e acolhidas como filhos de Deus. Pois diante a sociedade há uma certa discriminação, mais somos todos iguais, ninguém é tratado com indiferença”.

Aluno 40: “Algumas pessoas não aceitam, mais respeitam, pois no mundo de hoje todos são livre”.

Aluno 76: “Elas não são aceitas, são tratadas com olhares de repugna, acho errado, por mais que não aceitamos devemos acolher”.

Aluno 77: “Todos iguais, estamos no século XXI”.

Aluno 81: “São aceitas, mas a ideia da religião é que gay não entra no céu”.

### 3.2 O projeto político pedagógico e as concepções dos diretores e da coordenadora pedagógica

O Projeto Político Pedagógico de uma Instituição de ensino tem por função traçar metas, objetivos e refletir os anseios dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Assim o PPP,

supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] <sup>170</sup>

<sup>170</sup> Projeto Político Pedagógico.

O PPP deve ser desenvolvido de forma coletiva onde as questões devem ser tratadas/discutidas com a presença da equipe diretiva, equipe de professores, funcionários da escola e pais de alunos/as. Assim sendo,

[...] a concepção de um projeto político pedagógico deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão.<sup>171</sup>

Diante da perspectiva apresentada sobre o PPP justifica-se inserir os apontamentos sobre a diversidade sexual elencados no PPP da Instituição de ensino pesquisada. O PPP desta Instituição trata dos assuntos relacionados a gênero e orientação sexual dentro do tópico de “Direitos Humanos” como pode ser verificado a seguir.

Ao abordar o tema Direitos Humanos, deve-se observar o outro, ou seja, ter a noção de que nem todas as pessoas são iguais e vivem de maneira uniforme. As realidades existentes são diversas, pautadas em classes, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, crenças, costumes, religiosidades, territórios diferentes, entre outros aspectos da vida humana.<sup>172</sup>

E,

Além de trazer o tema para a sala de aula, cabe à escola também promover os direitos humanos em suas práticas e vivência cotidianas. Para isto, a instituição deve repensar seus posicionamentos e modos de atuação.<sup>173</sup>

O PPP ainda expõe claramente uma relação de deveres e responsabilidades a fim de construir e manter um ambiente adequado à boa convivência e respeito mútuo. Desta forma, cabe citar:

IV. Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas.<sup>174</sup>

<sup>171</sup> VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). *As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas: Papyrus, 2001. p. 11.

<sup>172</sup> Instituição de Ensino pesquisada. Projeto Político Pedagógico. São José de Ubá: [s.n.], 2019. p. 35.

<sup>173</sup> PPP, 2019, p. 14.

<sup>174</sup> PPP, 2019, p. 45.

Procurando sempre ter uma relação de respeito visando o bem estar coletivo é que essa instituição de ensino está desenvolvendo 17 projetos ao longo do ano letivo de 2019 dentre eles os que mais apresentam consonância com a proposta deste trabalho são:

- Palestra sobre sexualidade com ex-alunos-estudantes de enfermagem;
- Palestra sobre Bullying com psicólogos.
- Palestra sobre Valorização da Mulher e Lei Maria da Penha com Psicólogos da região.
- Palestra sobre Pedofilia e abusos sexuais contra crianças e adolescentes com profissionais do Conselho Tutelar.<sup>175</sup>

Como fora verificado anteriormente, toda proposta da escola visa proteger a integridade física e moral dos/as alunos/as, todos/as trabalham para que a escola seja um local democrático onde os/as alunos/as saibam viver/conviver em harmonia mediante aos diferentes pensamentos, condutas e convicções que venham ter a respeito de assuntos polêmicos que afligem a sociedade. Neste trabalho, procurou-se verificar como os/as alunos/as concebem as questões que envolvem a diversidade sexual, religião e escola, atrelando-se a isso os pontos de vista e vivências dos diretores (geral e adjunto) e da coordenadora pedagógica.

A diretora geral, o diretor adjunto e a coordenadora pedagógica responderam a um questionário semiestruturado em momentos distintos para que os mesmos não discutissem suas possíveis respostas e também sem a presença do pesquisador durante o processo. Todos responderam que são heterossexuais quando indagados sobre a sua orientação sexual e por unanimidade participam da comunidade religiosa Batista.

Com a questão de número 8 foi possível perceber a concepção que eles tinham sobre diversidade sexual.

Diretora geral: “A pessoas são livres para fazerem suas escolhas”.

Diretor adjunto: “Como uma situação pessoal de cada indivíduo, por suas escolhas e preferências, e que respeito em todas as suas manifestações”.

Coordenadora pedagógica: “Não há como falar na diversidade sexual sem entrar na questão do gênero. Como evangélica, aceito que a palavra de Deus nos diz em Gênesis 27:1: “E criou Deus a sua imagem, a imagem de Deus o criou, homem e mulher os criou”. Assim entendo e aceito”.

A questão 9 indaga: Como a escola trabalha temas como a diversidade sexual?

Diretora geral: “Precariamente, deveríamos trabalhar mais”.

Diretor Adjunto: “Acredito que haja falhas neste sentido, pois sendo uma escola de cidade pequena de interior de famílias de raiz religiosas tradicionais e também preconceituosas, as aulas de Biologia e Ciências trabalham os conteúdos de fisiologia e funcionamentos dos aparelhos reprodutivos, abordando apenas a visão da Heterossexualidade.”

<sup>175</sup> PPP, 2019, p. 44.

Coordenadora pedagógica: “A escola busca promover o respeito e o amor ao próximo e trabalha na visão de que todas as pessoas nascem livres em dignidade e direitos. Assim, sendo cabe à escola promover os direitos humanos em suas práticas e vivência cotidianas”.

A pergunta de número 10 interpela se a diversidade sexual está proposta no PPP e, caso esteja, de que forma.

Diretora Geral: “Sim. Através de trabalho quanto ao combate de quaisquer tipos de discriminação”.

Diretor adjunto: “Sim, quando aborda que não pode ocorrer no âmbito do contexto escolar, nenhum tipo de preconceito, agressão ou *bullying* por motivo de opção sexual de qualquer membro da comunidade escolar”.

Coordenadora pedagógica: “Sim, um dos pressupostos da escola é o respeito ao próximo, conscientes de que nem todas as pessoas são iguais e vivem de maneira uniforme. Que há realidades diversas, pautadas em classes, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, costumes, etc. e todos sem exceção merecem respeito.

Em resposta a pergunta de número 11, em que foi indagada sobre suas perspectivas, compreensão do que seja uma escola inclusiva, mediante suas práticas docentes, e suas funções, bem como se a instituição na qual trabalham cumpre esse papel.

Diretora Geral: “Escola inclusiva é aquela onde todos possam se sentir bem nela. Onde atuo ainda não se cumpri esse papel efetivamente, mas estamos lutando para que um dia esse papel seja cumprido”.

Diretor adjunto: “Entendo que Escola inclusiva, é aquela que trabalha no sentido de acolher todos os diferentes, proporcionando a todos tratamentos e oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e competências dentro de suas próprias limitações ou dificuldades, alcançando os objetivos propostos em cada disciplina dentro de suas próprias possibilidades, isso inclui oferecer os instrumentos físicos e os profissionais capacitados para oferecer o auxílio necessário para que isso possa ocorrer dentro do ritmo de cada aluno”.

Coordenadora pedagógica: “Entendo que escola inclusiva aquela que acolhe seus/suas alunos/as como pessoas, e não apenas como números. É aquela que ama seus/suas alunos/as, indiferente se ele/a é rico, pobre, branco/a ou negro/a, se tem alguma especialidade física ou mental, se é homem, mulher ou possuem outra orientação sexual, se é quilombola, indígena ou estrangeiro. Acredito que a partir do momento em que nossas crianças forem vistas como amor e ternura, saberemos como agir, demonstrando por todos/as, igualmente, o mesmo amor com que Deus nos ama, pois ELE não faz acepção de pessoas”.

Em suma, nota-se a extrema relevância dos assuntos que tangem a disseminação da diversidade sexual no ambiente escolar, logo,

Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade e da orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a

implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica.<sup>176</sup>

As falas dos diretores e da coordenadora pedagógica evidenciam o respeito em qualquer situação e justificam as limitações para trabalharem as questões da diversidade sexual, devido aos livros didáticos abordarem a perspectiva heteronormativa, somando-se a isso a visão preconceituosa e fundamentalista cristã. Assim, há uma paridade entre as falas da equipe diretiva e a citação anterior sobre a singularidade em que as questões que envolvem diversidade sexual são abordadas difundidas no ambiente escolar.

### 3.3 Considerações da pesquisa de campo

A pesquisa de campo possibilitou averiguar que as questões ligadas à diversidade sexual não causam incômodos ou rachaduras nas relações entre alunos/as e/ou alunos/as/professores/as. Outro marco relevante é que os/as alunos/as relataram já terem tido aulas com professores/as LGBTI+ e que eles/as desenvolviam suas funções na sala de aula com maior empenho, demonstrando preocupação com a execução do currículo, sendo o maior desafio o estímulo para a construção de conceitos, visando bons resultados no processo de ensino e aprendizagem.

Em relação aos possíveis atritos ou situações problemas ligadas às questões LGBTI+, 17%, como já fora dito, acreditam que os professores, coordenadores e diretores teriam certas limitações em lidar com essas problemáticas e 8% tiveram dúvidas se realmente saberiam conduzir de forma saudável. Isso pode ser fruto de uma formação deficitária e com isso se sentem inseguros em abordar estas temáticas em sala de aula ou, no pior dos casos, são oriundos de uma sociedade heteronormativa patriarcal e por isso quando presenciam discriminações e intolerâncias compactuam com sua disseminação.

De forma geral, os pontos de vistas em relação ao acolhimento das pessoas LGBTI+ nas igrejas Cristãs são positivos, na visão dos/as jovens estudantes pesquisados/as, pois, segundo os/as alunos/as, Jesus pregava o amor e com isso os mesmos/as/as devem ser respeitados/as, acolhidos/as em seus direitos de professarem sua fé sem terem que renunciar sua orientação sexual, sua essência.

---

<sup>176</sup> BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Presidência da República; Secretaria dos Direitos Humanos; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009, p. 32.

A pesquisa de campo evidenciou que muito ainda há de ser pesquisado sobre a diversidade sexual no ambiente escolar e que necessário se faz inserir esta temática por meio do PPP, do currículo, de projetos ou em articulações com as disciplinas curriculares, pois na perspectiva do grupo diretivo (diretores e equipe pedagógica) este assunto ainda é pouco trabalhado, talvez por insegurança dos professores e/ou por fazerem parte de uma comunidade religiosa cristã. Neste contexto, as abordagens desses temas tornam-se delicadas.

No entanto, a pesquisa de campo permite verificar que os/as alunos/as não possuem qualquer problema em estudar, ou mesmo, estar junto a colegas com orientação sexual diferente da sua. Então, respondendo a pergunta-problema, a pesquisa evidenciou que a religião não interfere no posicionamento dos/as alunos/as, seja de aceitação ou de repúdio, em face de uma orientação sexual diferente da heteronormativa. Em relação à hipótese, cabe frisar que a atitude dos/as jovens estudantes é de respeito à comunidade LGBTI+, e fica mais evidenciado de que nem a religião, família, escola, amigos, professores e redes sociais influenciam os jovens estudantes participantes do estudo, pois pela pesquisa eles demonstraram que suas opiniões são intrínsecas, em conformidade com o respeito à diversidade sexual humana.

É sabido que a comunidade LGBTI+ vive momentos de efervescências com a comunidade fundamentalista cristã, mesmo que para os fundamentalistas assuntos como a diversidade sexual já estejam resolvidos e encerrados. Ainda assim, a comunidade LGBTI+ continua sua luta diária a fim de que seus direitos sejam respeitados e que não sejam discriminados por sua orientação sexual. E pela pesquisa de campo tornou-se claro que os jovens de hoje não veem problemas nesta temática, inclusive relatam que estarão sempre a postos caso alguma discriminação seja cometida com algum colega, seja no ambiente escolar ou não.

Destarte, esta dissertação buscou refletir acerca da diversidade sexual buscando interfaces na perspectiva religiosa e suas implicações no ambiente escolar. Em contrapartida ao exposto anteriormente, percebe-se, entretanto, que a literatura mostra que a perspectiva religiosa de um indivíduo influencia diretamente na maneira de agir ou pensar, o que deve ser levado em consideração quando se estuda o comportamento humano. Na questão sexual, observa-se ao longo deste trabalho, que apesar de ser algo extremamente complexo, deve ser trabalhado com os/as alunos/as, de maneira a se ampliar o entendimento e a consciência de direitos humanos.

Sem ser utópico, a partir das concepções apresentadas na pesquisa de campo, percebe-se que mudanças estão por vir, pois os jovens vêm quebrando as barreiras da



intolerância, do preconceito e da discriminação propagada ao longo dos anos pela sociedade heteronormativa patriarcal e pela comunidade fundamentalista cristã.



## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou refletir sobre as relações de religião, gênero e diversidade sexual, buscando perceber como essa última se manifesta no ambiente escolar. A diversidade deve ser compreendida como riqueza cultural e não como desigualdade ou fator de segregação. A diversidade sexual aponta para a pluralidade dos corpos. Os corpos têm história e o cristianismo tem influenciado a forma do corpo ser compreendido e de se comportar. O cristianismo tem afirmado o binarismo de gênero e sexo: homem e mulher, macho e fêmea, não considerando outras possibilidades de manifestações de gênero e sexo. Desta forma, também a norma da sociedade é a heteronormatividade, resultando numa perseguição para com a homonormatividade. Os movimentos feministas foram essenciais para a inserção da categoria de gênero, percebendo que o sexo também é construção sócio-histórica-cultural.

No entanto, percebe-se uma grande falta de conhecimento sobre a diversidade sexual e o referencial analítico de gênero. A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) praticamente eliminou os conceitos gênero, diversidade e orientação sexual de suas orientações nacionais para as escolas brasileiras. Por um lado, percebe-se que as pessoas LGBTI+ não querem mais ficar escondidas e, por outro lado, grupos conservadores, através da Escola sem Partido, buscam impedir o diálogo e o debate sobre a sexualidade e diversidade sexual nas escolas. A teoria *queer* aponta para os corpos que não se enquadram dentro da norma, mas que estão aí, entre nós e querem ser aceitos. Portanto, também a religião, em nossa reflexão, o cristianismo é questionado na forma de entender o sexo e o gênero. Há muitas formas da identidade de gênero se manifestar, pois ela está ligada à diversidade humana. A identidade de gênero refere-se ao gênero com que a pessoa se identifica. Desta forma, vimos que pesquisadoras e pesquisadores deixam claro a necessidade de atentarmos para a diversidade e que a mesma não significa desigualdade. É necessário romper com modelos únicos, respeitando a diversidade.

Assim, os movimentos sociais feministas e LGBTI+ ampliaram a perspectiva de entender sexo, gênero e orientação sexual/sexualidade e o próprio corpo. Todo corpo tem história e produz história, portanto, além do dualismo, do binarismo, da heterossexualidade, da homossexualidade há outras formas dos corpos estarem em relações. Nesta perspectiva, seguem algumas formas dos corpos se manifestarem, apresentando variações de sexo e gênero como: transexual, travesti, *crossdresser*, *drag queem*, *drag king*, transgênero e cisgênero. Assim, para Judith Butler, tanto o corpo como o gênero são performativos.

O ataque que a diversidade sexual tem sofrido é porque ela não corresponde ao ideal da religião, do cristianismo, que tem acentuado a sexualidade para a procriação e não para o prazer e para a felicidade. O reconhecimento da diversidade sexual rompe com o dualismo e acentua a importância do prazer e que a procriação não é o fim último de uma relação. Os corpos necessitam ser vistos em sua diversidade e nas relações que estabelecem, são frutos de construções sócio-histórico-culturais. A religião faz parte da cultura de um povo. Neste sentido, ela também influencia na forma de entender o corpo, a sexualidade, o gênero e a diversidade sexual. A religião cristã tem sido um elemento cultural utilizado para fortalecer a desigualdade de gênero não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres, passando pela classe social, raça/etnia, geração. O cristianismo tem visto a sexualidade como um mal necessário para a procriação e não como algo inerente à realidade humana. Muitos discursos religiosos cristãos enfatizam relações hierárquicas, homofóbicas e a manutenção de poderes priorizando o modelo heteronormativo patriarcal. Assim, o cristianismo tem interferido significativamente na maneira como as pessoas veem os corpos. Ele naturalizou os corpos dos homens e mulheres, naturalizando a biologia e disseminando o ódio pelos corpos que fogem ao padrão, tornando-os doentes, pecaminosos e culpados.

Neste sentido, a escola é uma instituição importante, pois é nela que se trabalha o conhecimento construído ao longo da história. Ela também se apresenta como um espaço onde as crianças e os adolescentes se encontram com as diferenças, sejam elas de raça/etnia, classe social, religião, sexual, gênero, familiar, entre outras. Neste sentido, o papel da educação é conduzir para o exercício da construção da cidadania, da ética e do respeito ao outro.

A comunidade escolar necessita ser um porto seguro ao que é diverso, e acolhendo e respeitando a pluralidade em toda a sua dimensão. No entanto, parece haver um retrocesso no campo educacional, visto que os PCN's de 1997 já falavam em transversalizar as questões de gênero, orientação sexual. Na última versão da BNCC praticamente se eliminou de suas considerações as questões ligadas a gênero, diversidade e orientação sexual.

A escola é um espaço privilegiado para construção também de novos conhecimentos. Ela tem a função de quebrar os paradigmas e tabus impostos pela sociedade heteronormativa patriarcal, lembrando que diversidade é inerente à condição humana, e que o ambiente escolar é pluricultural e multirreligioso. Neste sentido, discussões que envolvem gênero, sexo, orientação sexual e diversidade sexual nas escolas devem ser transversalizadas por meio do projeto político pedagógico, currículo, diretrizes, orientações pedagógicas e mecanismos que

promovam a efetivação de uma cultura de respeito, bem como a implementação de políticas públicas na área educacional que deem visibilidade às questões que envolvem a diversidade humana.

Pelas entrevistas realizadas com os diretores e a coordenadora pedagógica, ficou claro haver a necessidade de que estes temas sejam mais trabalhados no ambiente escolar. Gênero e diversidade, no entanto, são vistos por uma parte dos/as professores/as com desconfiança.

A equipe diretiva (diretores e coordenadora pedagógica) enfatiza a importância do PPP na escola, já que ele é construído de forma colaborativa, e traça metas e objetivos que a comunidade escolar deseja alcançar, em função das temáticas dos cotidianos dos/as alunos/as. Entende-se também que se alguns temas não forem tratados de maneira ética, consciente e respeitosa, poderão gerar conflitos como, por exemplo, a diversidade de gênero e religiões. O PPP é o documento chave da escola, pois expõe claramente os deveres, as responsabilidades e os direitos de todos/as os sujeitos que compõem o ambiente escolar.

A equipe diretiva também percebe a necessidade de dar mais atenção às temáticas de gênero e diversidade sexual. As pessoas que fazem parte da equipe diretiva pertencem à denominação cristã Batista. No entanto, afirmaram na entrevista não haver qualquer preconceito da parte delas em conviver e lidar com pessoas LGBTI+. Assim, a escola busca, portanto, promover respeito ao próximo lembrando que as pessoas nascem livres em direito e dignidade, neste íterim a escola aborda e revolve as situações adversas, à luz dos direitos humanos. A equipe diretiva comunga da escola inclusiva, isto é, percebe seus/suas alunos/as como sujeitos e não os/as entende apenas como números matriculados na escola.

Além das entrevistas com a direção da escola, também se realizou uma pesquisa com 81 estudantes de Ensino Médio. As respostas dos estudantes foram surpreendentes, pois eles/as afirmaram que não encontram nenhum problema em estudar, conviver e se relacionar no ambiente escolar e também fora dele com pessoas LGBTI+. As respostas dos/as adolescentes, pertencentes a diferentes denominações religiosas, mostraram-se totalmente abertas à diversidade. Eles/as chegaram a dizer que as pessoas LGGTI+ “são mais legais, divertidos e mais humanos.” Nas entrevistas ficou claro que a denominação religiosa da qual participam não interfere na sua forma de entender a diversidade sexual. Também afirmaram que não há nenhum problema em ter aula com um professor ou professora que tenha uma orientação sexual que não seja normativa, pois não é esta questão que interfere no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, consideram que questões que envolvem gênero, sexo, sexualidade/orientação sexual, diversidade sexual, escola e religião devem ser trabalhadas de forma aberta, com respeito, visto que a escola necessita ser um ambiente democrático e multicultural. Na visão dos/as alunos/as entrevistados as Igrejas deveriam respeitar as pessoas LGBTI+ em sua diversidade e essência, e perceber que todos são seres humanos, e que Deus manda amar ao seu próximo, e que é uma injustiça terem que abdicarem da sua fé devido a sua orientação sexual.

A pesquisa bibliográfica e de campo, através das entrevistas com questionário semiestruturado, mostraram a necessidade de o tema estar claro no PPP da escola, bem como necessita fazer parte das formações dos/das professores/as. Percebeu-se uma grande abertura por parte dos estudantes do Ensino Médio à diversidade. Os estudantes respondentes do questionário não demonstraram preconceito, medo ou qualquer sentimento de aversão à diversidade sexual. Isto evidencia a necessidade de lutar contra a Escola Sem Partido que não quer que estes temas sejam tratados na escola. Ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de um olhar crítico em relação à atual BNCC.

A aplicabilidade deste trabalho realizado aponta para a necessidade urgente do diálogo em relação à diversidade sexual, esclarecimento da diferença entre sexo e gênero, sexualidade, pois na medida que há diálogo, informação e conhecimento vão se abrindo os horizontes e as pessoas LGBTI+ poderão viver de forma mais livre, sem necessidade de se esconder. Portanto, cabe aos professores/as debater sobre estas temáticas também nas salas dos/as professores/as, nos cursos de formação continuada e estarem atentos para que na elaboração do PPP da escola os temas que envolvem a diversidade de forma ampla, especialmente sexual, religiosa e cultural, estejam inclusos.

Outra forma de aplicar este trabalho é devolver a pesquisa realizada para os/as estudantes que participaram da entrevista e, assim, ampliar o debate sobre a diversidade sexual e os outros temas que envolvem a pluralidade em sala de aula. A pesquisa também poderá ser apresentada junto aos professores/professoras, em suas reuniões de formação, apontando para a discussão sobre conceitos teóricos sobre sexo, gênero, corpo, diversidade sexual, cultura, religião. Um ponto importante será mostrar a pesquisa realizada com os/as estudantes da escola sobre os temas em debate para os/as professores/as, demonstrando a seriedade como os/as alunos/as estimam o professor que realizou a pesquisa, fazendo com que ele se sinta respeitado e acolhido pelos/as estudantes e direção da escola. Neste sentido, quem pesquisa também se pesquisa. O tema desta pesquisa também envolve este professor e afirma a beleza da diversidade humana. Além do mais, na continuidade da pesquisa sente-se a

necessidade de fortalecer um diálogo com professores/as, objetivando entender os temas que envolvem a diversidade. E por último, a pesquisa também levou a construir conceitos e métodos que apontam para a formação cada vez maior para do respeito às diversidades.



## REFERÊNCIAS

ABGLT. *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016*: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT; Secretária de Educação, 2016. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1984.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*: rumo à sociedade aprendente. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, jan./jun., p. 329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* - Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL, 1997a, p. 45. Veja também BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. *Lei Nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/32xkIeI>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. *Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2K0xuvS>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRUM, Eliane. Teologia indecente. Entrevista com Marcela Althaus-Reid concedida a Eliane Brum. *Época*, ed. 329, 06 set. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT805466-1666,00.html>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRUSCHINI, Cristina, ARDAILLON, Danielle, UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero, *Rever*, v. 11, n. 01, jan./jun., p. 105-124, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas, *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 4, [s.p.]. dec./dec. 2015. [s.p.]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

COELHO, Gabriela. Supremo aprova equiparação de homofobia a crime de racismo. *Revista Consultor Jurídico* [S.l.], 10 jun. 2019. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. [*Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais*]. [S.l.] 12 nov. 2015. 319 f. OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L, Doc 36/15 Rev. 1. p. 41. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Um panorama da violência contra as pessoas LGBTI na América: um registro que documenta atos de violência entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2014 - Comunicado para a Imprensa No. 153A/14 de dezembro de 2014, 2014*. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2014/153A.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CPF Nº 01/99 de 22 de março de 1999. Brasília: [s.n.], 1999. [s.p.].

DEIFELT, Wanda. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.) *Teologia para Outro Mundo Possível*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 263-276.

DÍAZ, Margarita; CHINAGLIA, Magda; DÍAZ, Juan. *Estudo Qualitativo Sobre a Homofobia no Ambiente Escolar em 11 Capitais Brasileiras*. Campinas: Replotina, 2011. Disponível em: <[http://www.replotina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola\\_sem\\_homofobia/Relatorio\\_Tecnico\\_Final.pdf](http://www.replotina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2018.



ESCOLA SEM PARTIDO. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. [S.l.: s.n.]. [s.d.]. [s.p.]. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 105-115, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, n. 1, p. 1-38, 2006.

GOVERNO DE SÃO PAULO. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, 2014. p. 13-16. Disponível em: <[http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha\\_diversidade.pdf](http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf)>. Acesso em: 22 de jul. 2018.

HOFFMANN, Jussara. *O jogo do contrário em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2CscASs>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos* n. 9, p. 103-117, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron da. *Reestruturação curricular: Teoria e prática no cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 172-181.

MARTINS, Dana. O que é Heteronormatividade? *Conversa Cult*, 2016. Disponível em: <<http://www.conversacult.com.br/2016/03/o-que-e-heteronormatividade.html>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

MELO, Fabíola Cristina; OLIVEIRA, Maria Betânia Pereira de; VERÍSSIMO, Melina Teixeira da Costa. Quais são as vozes do currículo oculto? *Evidência*, v. 12, n. 12, p. 195-203, 2016. Disponível em: <<https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/506/485>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00105.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. 2018.

MUSSKOPF, André Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. *Revista tempo e presença*, ano 3, n. 8, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2NnaUQb>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MUSSKOPF, André Sidnei. Identidade masculina e corporeidade: uma abordagem queer. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Org.) *Corporeidade, Etnia e Masculinidade: Reflexões do I Congresso Latino-americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, p. 80-107, 2015. Disponível em: <[http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/807/1/Corporeidade\\_Etnia\\_e%20\\_Masculinidade.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/807/1/Corporeidade_Etnia_e%20_Masculinidade.pdf)>. Acessado em: 20 out de 2019

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2LbilFZ>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v.12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2tRndJI>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. *Periódicus*, Salvador: UFBA, v. 1, n. 3, p. 37-51, mai./out. 2015. p. Disponível em: <<https://bit.ly/2rnRPox>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. p. 53-84.

ROBINSON, 1970. *apud* ROBINSON, Thomas M. As características definidoras do dualismo alma-corpo nos escritos de Platão. *Letras Clássicas*, n. 2, p. 335-356, 1998. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/viewFile/73743/77409](http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/viewFile/73743/77409)>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROSA, Wanderley Pereira da. *O dualismo na teologia cristã*. 2. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

ROZEK, Marlene. Aprender/não aprender e gênero. *Psicopedagógica*. Porto Alegre, v. 45, n. 17, p. 9-12, 1998.

SACRISTÁN, José GIMENO. Currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: SACRISTÁN, Gimeno José.; GÓMEZ, Ángel I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 119-147.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, [S.l.], n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <<https://bit.ly/2MKDtDB>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas Brasília*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 125-139.

SILVA, Renan Antônio. Ser homossexual em uma escola inclusiva: a investigação das dificuldades vividas pelos homossexuais em seu percurso de vida educacional. *Revista Humanidades e Inovação*. v. 5, n. 4, p. 160 – 181, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2CvzbJ7>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SILVA, Tomas Tadeu Silva. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica 2002.

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*. v.11, n.3, p. 46-70, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a05v11n3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUZA, Sandra Duarte de. Gênero E Religião nos Estudos Feministas. *Revista Mandrágora*, v. 12, p.122-130, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a14v12ns.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. *Gênero*, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2. sem. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30991/18080>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. *Educar*, n. 35, p. 23-36, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a03.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

TAMEZ, Elza. Religião, gênero e violência. *Agenda Latino-Americana*, 2011. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=353>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ULRICH, Claudete Beise et al. Relações de gênero. In: Rosangela Stange. (Org.). Estudos sobre Gênero. 1. ed. Sinodal/IECLB: São Leopoldo/Porto Alegre, 2013, v. 1, p. 9-12.

ULRICH, Claudete Beise. Gênero como categoria de análise do fenômeno religioso: Perspectivas teológicas feministas para superação das violências. In: BRAGA JUNIOR, Reginaldo Paranhos; ROSA, Wanderley Pereira da. *Religião, violências e direitos humanos*. Vitória: Unida, 2019. p. 63-101.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). *As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas: Papirus, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guaciar Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Filosofia para uma Teologia Inovadora*. Santo André: Academia Cristã, 2009.



## APÊNDICES

### APENDICE I

#### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE<sup>177</sup>

##### Título I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

---

<sup>177</sup> BRASIL, 2010.

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.



## APÊNDICE II

### PESQUISA COM QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de trabalho de final de Curso do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, realizado na Faculdade Unida de Vitória. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (trabalho de conclusão do curso), sendo realçado que as respostas dos/as entrevistados/as representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um x a sua opção de resposta. Obrigado pela sua colaboração.

01) Idade \_\_\_\_\_

02) Cor:

- Negra  
 Branca  
 Parda  
 Amarela

03) Sexo:

- masculino  
 femininos  
 Outra

04) Orientação sexual \_\_\_\_\_

05) Profissão: \_\_\_\_\_

06) Formação:

- Ensino Médio - Ano: \_\_\_\_\_  
 Ensino Fundamental – Série: \_\_\_\_\_

07) Participa em alguma comunidade religiosa?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

08) Se você descobrisse que um amigo ou uma amiga tivesse a orientação sexual diferente da sua, e com isso sofresse discriminação ou bullying como você agiria?

---



---



---

09) Você se sentiria incomodado (a) ou constrangido (a) em estudar em uma classe com uma pessoa de orientação sexual diferente da sua?

- a)  sim  
b)  não

Por quê?

10) Estudar com uma pessoa com orientação sexual diferente da sua pode influenciar sua sexualidade?

a)  sim

b)  não

Por quê?

11) Caso tenha um professor (a) com orientação sexual diferente da sua, isso pode influenciar no seu processo de ensino e aprendizagem?

a)  sim

b)  não

Por

que? \_\_\_\_\_

12) Você pensa que o (a) professor (a), coordenador (a) e o diretor (a) da sua escola sabe lidar com as situações adversas e conflituosas que podem ocorrer com os/as colegas LGBTI+?

a)  sim

b)  não

Justifique?

13) Como você se coloca diante da discriminação e do preconceito sofridos por pessoas LGBTI+ em ambientes escolares, familiares, religiosos, nas ruas, em outros locais públicos ou privados?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

14) Muitas das vezes pessoas LGBTI+ não são bem aceitas nas instituições religiosas de tradição

Cristã? Como você se coloca diante desta situação?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

15) Como você acha que a Igreja deve tratar as pessoas LGBTI+? Por que você entende desta forma?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

16) Na comunidade religiosa que você participa as pessoas LGBTI+ são aceitas e acolhidas? ( ) Sim ( ) Não Explique como elas são ou não são aceitas e acolhidas?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



17) O que influência sua aceitação ou não em relação a um colega de classe com orientação sexual diferente da sua?

- Religião
- Família
- Redes sociais
- Escola / amigos/as
- Escola / professores /as
- Outros.

Quais? \_\_\_\_\_

18) Você se senti influenciável pela religião, escola, mídia, rede sociais entre outras.

- sim.

Quais? \_\_\_\_\_

- não

19) Você já sofreu bullying? Qual tipo? \_\_\_\_\_



### APÊNDICE III

#### PESQUISA COM QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de trabalho de final de Curso do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, realizado na Faculdade Unida de Vitória. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (trabalho de conclusão do curso), sendo realçado que as respostas dos/as entrevistados/as representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

01) Idade \_\_\_\_\_

02) Cor:

- Negra
- Branca
- Parda
- Amarela

03) Sexo:

- masculino
- femininos
- Outra

04) Orientação sexual \_\_\_\_\_

05) Profissão/função: \_\_\_\_\_

06 ) Formação:

- Graduação
- Espacialização
- Mestrado
- Doutorado

07) Participa em alguma comunidade religiosa? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

08) Como você entende a diversidade sexual?

\_\_\_\_\_

09) Como a escola trabalha temas como diversidade sexual?

\_\_\_\_\_



## APÊNDICE IV

### PESQUISA COM QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de trabalho de final de Curso do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, realizado na Faculdade Unida de Vitória. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (trabalho de conclusão do curso), sendo realçado que as respostas dos/as entrevistados/as representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

01) Idade \_\_\_\_\_

02) Cor:

- Negra
- Branca
- Parda
- Amarela

03) Sexo:

- masculino
- femininos
- Outra

04) Orientação sexual \_\_\_\_\_

05) Profissão/função: \_\_\_\_\_

06 ) Formação:

- Graduação
- Espacialização
- Mestrado
- Doutorado

07) Participa em alguma comunidade religiosa? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

08) Como você entende a diversidade sexual?

---



---

09) Como a escola trabalha temas como diversidade sexual?

---



---



---



---

10) A diversidade sexual está proposta no PPP da escola? Em caso afirmativo, de que forma?

---

---

---

---

---

---

11) Diante de sua prática docente e de sua função de coordenador pedagógico, qual sua perspectiva, ou o que você compreende como escola inclusiva? Onde você atua, cumpre esse papel?

---

---

---



## ANEXO

### QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

Entrevista com a Equipe Diretiva - disponível no Link:

<<https://drive.google.com/drive/folders/1sUFhOd7QqKhOvX-xqeJyJK0YoGkM5fd1>>.

Entrevista com os discentes - disponível no Link:

<<https://drive.google.com/drive/folders/1MBTxmX7XEdkfe2grKT5rD9kN1bgww9TL>>.

